



Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento –
ICPD

MARIA ANDRÉIA ARRUDA PORTILHO CRUZ

**A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA EM UM DISCURSO POLÍTICO: A
LINGUAGEM DE UM FUTURO PRESIDENTE DA REPÚBLICA NA
PERSPECTIVA DO DEPUTADO ENÉAS**

Brasília – DF
2006

MARIA ANDRÉIA ARRUDA PORTILHO CRUZ

**A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA EM UM DISCURSO POLÍTICO:
A LINGUAGEM DE UM FUTURO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
NA PERSPECTIVA DO DEPUTADO ENÉAS**

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD)
como pré-requisito para a obtenção de
Certificado de Conclusão de Curso de Pós-
Graduação Lato Sensu, na área de Língua
Portuguesa.

Orientadora: Joana Ormundo

Brasília – DF
2006

Em situação de poço, a água equivale a uma palavra em situação dicionária: isolada, estanque no poço dela mesma, e porque assim estanque, estancada; e mais: porque assim estancada, muda, e muda porque com nenhuma comunica, porque cortou-se a sintaxe desse rio, o fio de água por que ele discorria.

João Cabral de Melo Neto

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a linguagem do Deputado Enéas sob a ótica do percurso gerativo do sentido, concebido por Greimas. Por meio do plano de expressão, verifica-se a construção da identidade do Deputado e a importância que ele dá à linguagem como instrumento de capacitação para se exercer uma função pública. Este estudo é norteado principalmente pela obra de Fiorin e investiga um discurso proferido pelo Deputado Enéas, em cadeia nacional, no dia 4 de agosto de 2004, quando o Deputado Roberto Jefferson fez uma denúncia pública de existência de corrupção no Partido dos Trabalhadores. Ao longo do trabalho será apresentado o perfil identitário dos principais sujeitos – Deputado Enéas, Deputado Roberto Jefferson e Presidente Lula –, e a essência do discurso vai sendo desvelada gradativamente, de acordo com o desenvolvimento dos níveis superficial, intermediário e profundo do percurso gerativo. A conclusão do trabalho revela que os recursos lexicais são instrumentos relevantes para a construção da identidade do Deputado Enéas e que, por meio deles, ele valoriza a própria imagem como sendo um homem culto e erudito.

Palavras-chave:

linguagem, identidade e sentido.

ABSTRACT

This study has as an aim to analyze the language of the deputy Eneas under the optic of the generative course of the sense, conceived by Greimas. Through the plan of expression, it is checked the construction of the identity of the deputy and the importance he gives to the language as an instrument of capacitation to bear an office. This study is guided mainly by Fiorin's work and investigates a discourse uttered by the deputy Eneas, in national channel on August the fourth, 2004 when Roberto Jefferson made a public accusation of the existence of corruption in the Worker Party. Along the work the identity profile of the main characters will be presented – deputy Eneas, deputy Roberto Jefferson and President Lula - , and the essence of the discourse is being uncovered gradually, in accordance with the development of the superficial, intermediate and profound levels of the generative course. The conclusion of the work reveals that the lexical recourses are relevant instruments for the construction of the identity of Deputy Eneas and that, through them, he valorizes his own image as being a respect and scholarly man.

Key words:

language, identity and sense.

SUMÁRIO

POLÍTICO + ELEITOR = VOTO: OPERAÇÃO QUE SE TRADUZ EM ESPERANÇA A CADA QUATRO ANOS	6
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2 BREVES PALAVRAS SOBRE SEMIÓTICA	19
3 PERFIL IDENTITÁRIO DOS SUJEITOS	21
3.1 Deputado Enéas	21
3.2 Deputado Roberto Jefferson	23
3.3 Presidente Lula	24
4 APRESENTAÇÃO DO DISCURSO DO DEPUTADO ENÉAS	27
4.1 Compreendendo o papel do sujeito Enéas	28
5 O PERCURSO GERATIVO DO SENTIDO E O DISCURSO DO DEPUTADO ENÉAS	29
5.1 Nível superficial	29
5.2 Nível intermediário	36
5.3 Nível profundo	57
CONCLUSÃO	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62
ANEXO	63

POLÍTICA + ELEITOR = VOTO: OPERAÇÃO QUE SE TRADUZ EM ESPERANÇA A CADA QUATRO ANOS

A linguagem política, de modo geral, é caracterizada por arroubos de emoção, de expressividade, de gestos; fala-se com os olhos, com as mãos, a voz tem aquele timbre de discurso e são utilizadas todas as formas possíveis para convencer o eleitor do “dizer verdadeiro”.

Os políticos, em épocas de campanha, incorporam o personagem da solicitude e da generosidade: pegam crianças no colo; vão as casas dos eleitores humildes, tomam café e almoçam com eles; proferem discursos acalorados; sorriem, abraçam, beijam e, aparentemente, ao vê-los pela televisão ou pessoalmente, estão suados, exaustos, pelo empurra-empurra da turba incansável, que segue o seu “ídolo”. Naquele momento o político representa a esperança de dias melhores, de salários mais justos, de acesso à educação e à saúde. Porém, não obstante o cansaço físico, ele mantém a postura de “homem do povo”, daquele que quer trabalhar para o povo e pelo povo, pelos necessitados. Por isso não se enfada com o assédio e o permite durante todo o período eleitoral – e, em 99% das vezes, somente durante este período.

Cada político tem a sua maneira de agir para alcançar o seu fim. Mas o objetivo pelo qual trabalham incansavelmente é um só: o voto.

Neste trabalho, farei a análise semiótica de um discurso proferido pelo Deputado Federal Enéas Ferreira Carneiro – cujo nome parlamentar é Enéas –, do Partido da Reedificação da Ordem Nacional (Prona), representante do Estado de São Paulo, segundo o “projeto de uma semiótica narrativa do discurso”, sugerida por Algirdas Julien Greimas (1917 – 1992).

O gênero discursivo é um discurso político, retirado das notas taquigráficas do Senado Federal, cuja tipologia textual é argumentativa.

O discurso em questão foi proferido no dia 4 de agosto de 2004, por ocasião do depoimento do Deputado Federal Roberto Jefferson na CPMI da Compra de Votos – CPMI significa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, em que participam dos debates representantes das duas Casas do Congresso Nacional, ou seja, Deputados e Senadores – ou, como ficou mais conhecida, na “CPI do Mensalão”.

Nesse contexto, especificamente, um Senador e dois Deputados usavam a palavra: o Presidente da CPMI, Senador Amir Lando (PMDB – RO), que concede a palavra ao Deputado Enéas, e, finalizando o discurso, o Deputado Roberto Jefferson (PTB – RJ) responde ao Deputado Enéas.

Os depoimentos são transmitidos ao vivo, em cadeia nacional, por algumas emissoras de TV a cabo e pela TV Senado.

A íntegra do discurso encontra-se em anexo, e ele foi redigido de acordo com os padrões exigidos pela Subsecretaria de Taquigrafia do Senado Federal.

Resolvi investigar a linguagem do discurso do Deputado Enéas por entendê-la bastante extravagante e peculiar, em se tratando de um político que se dirige à Nação como um todo, inclusive às classes mais baixas, mais desprovidas de educação e cultura.

A linguagem do seu discurso é plena de expressões elaboradas e, às vezes, até esdrúxulas, o que provoca risos por parte dos seus Colegas parlamentares. Além do mais, na condição de cardiologista, ele utiliza muitos termos médicos no seu pronunciamento, o que obviamente só pode ser compreendido por um público restrito.

Na condição de taquígrafa legislativa há quase vinte anos, o discurso político faz parte da minha vida profissional. Por isso, resolvi escolher um deles como objeto de análise deste trabalho. Além do mais, gosto imensamente de refletir sobre os mecanismos que envolvem a produção de um discurso político e sobre as idiossincrasias inerentes à atuação dos políticos nas Casas Legislativas; aos “personagens” que representam cada vez que se dirigem à Nação, ao “palco” para aonde se dirigem todas as vezes que assomam à tribuna para desempenhar seu papel de representantes do povo.

Em cada pronunciamento que faz, o parlamentar deixa emergir das entrelinhas do seu discurso um pouco da sua essência como pessoa humana, a partir da qual o eleitor o avalia e, talvez, até num processo inconsciente, deposita nele – ou não – a sua confiança e esperança em mudanças estruturais para a própria vida e para a vida do país.

Os discursos políticos sempre me fascinaram justamente pela capacidade e pelo talento de alguns parlamentares de influenciarem e convencerem a população com suas palavras, promessas, abraços, sorrisos e lágrimas.

Por meio deste trabalho, pretendo investigar o discurso publicado – que segue em anexo – dentro dos parâmetros do percurso gerativo do sentido. Pretendo verificar também se a linguagem elaborada é um quesito importante para se ganhar uma eleição presidencial e quais os quesitos realmente consideráveis que corroboram a vitória de um candidato.

Segundo o Deputado Enéas, existe uma linguagem que caracteriza o ideal de um Presidente da República, assim como todo um perfil que deve ter o candidato para, segundo ele, bem representar o povo que o elegeu. Mas, até que ponto se deve dar à linguagem uma grande importância, quando se pretende escolher alguém

para governar o seu país, alguém que cumpra a Constituição e que devolva à população auto-estima e dignidade, a fim de que o cidadão possa vencer os obstáculos inerentes a um País de Terceiro Mundo com a expectativa de um futuro melhor?

Esses são os pontos que serão analisados neste trabalho.

A pesquisa a que me proponho fazer terá como base teórica os estudos de Greimas sobre o percurso gerativo do sentido: *Para Entender o Texto*, de Fiorin & Savioli (2000); *Semiótica – objetos e práticas*, de Ivã Lopes e Nilton Hernandes (orgs.) (2005); *Comunicação & Semiótica*, de Santaella e Nöth (2004); *A Semiótica no século XX*, de Winfried Nöth (2005) e *Análise Semiótica Através das Letras*, de Luiz Tatit (2002).

Em relação à análise investigatória propriamente dita, farei, a seguir, uma descrição cronológica das etapas que desenvolverei.

Em primeiro lugar, mostrarei o perfil identitário dos sujeitos envolvidos no discurso. Falarei um pouco do Deputado Enéas, o autor do discurso a ser analisado neste trabalho; do Deputado Roberto Jefferson, a quem o Deputado Enéas se dirige quando faz o seu pronunciamento, e, finalmente, do Presidente Lula. Farei um relato pequeno sobre a formação de cada um, a experiência na vida pública, os momentos em que se destacaram na vida política e ressaltarei algum ponto que porventura importe na produção deste trabalho.

A seguir, abordarei também, de forma sucinta, a semiótica, sua origem e sua importância para a análise de um discurso. Logo após, apresentarei o discurso do Deputado Enéas. Resumirei e situarei os fatos daquele contexto. Mais adiante, evidenciarei alguns pontos do papel do sujeito Enéas constantes do discurso e,

finalmente, investigarei minuciosamente o discurso do Deputado Enéas, valendo-me do percurso gerativo do sentido.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este trabalho de investigação da linguagem do Deputado Enéas será apresentado por meio do percurso gerativo do sentido e pelo quadrado semiótico. Por isso, ele será norteado pela teoria de Algirdas Julien Greimas (1917 – 1992), cujo pensamento encontrei expresso nos estudos de Ivã Carlos Lopes e Nilton Hernandes (2005), na pesquisa de José Luiz Fiorin (2005) e nos estudos de Lucia Santealla; Winfried Nöth (2004).

O ponto de partida da teoria de Greimas é a definição de estrutura, em que ele dá prioridade às relações, e não aos elementos, pois apenas as diferenças existentes nas relações podem constituir uma estrutura. A semiótica discursiva de Greimas não se esgota na cadeia comunicativa “emissor – mensagem – receptor” (SANTAELLA; NÖTH, 2004, p. 113); vai além: trata do tema da comunicação no contexto da teoria da enunciação, pois a análise do discurso não se limita à dimensão da palavra ou de uma estrutura sintagmática, mas concebe a estrutura organizacional do texto. (FIORIN (org.), 2004, p.187).

A produção de sentido de um texto, ou seja, de qualquer enunciação, como objeto de significação, e por estar inserido em uma sociedade, é determinado por formações ideológicas específicas e é produto tanto de uma organização lingüístico-discursiva quanto de fatores sócio-históricos que o determinam. Assim sendo, o texto, objeto da semiótica, pode ser lingüístico – oral ou escrito –, visual, olfativo, gestual ou pode expressar-se de forma sincrética, de maneiras diferentes, como em quadrinhos, em filmes ou em músicas (FIORIN (org.), 2004, p. 188).

A teoria em questão procura explicar os sentidos do texto por meio dos mecanismos e procedimentos do seu plano de conteúdo, a que Greimas denomina de percurso gerativo. (FIORIN (org.), 2004, p. 188).

O modelo greimasiano propõe três níveis para a análise da significação, entendida como o processo de produção do sentido: o nível superficial, da estrutura discursiva; o nível intermediário, da estrutura narrativa; e o nível profundo, da estrutura profunda. (LOPES; HERNANDES (orgs.), 2005, p. 126). E a principal característica da análise do percurso gerativo de Greimas é o quadrado semiótico, com o qual ele demonstra as categorias semânticas opositivas existentes no texto.

Vejamos cada um dos níveis separadamente:

O nível superficial constitui o plano mais simples e abstrato do percurso. (FIORIN (org.), 2004, p. 189). Nesse nível, a significação se apresenta como uma oposição semântica, pois os termos opostos de uma categoria semântica mantêm entre si uma relação de contrariedade. Eles se articulam em oposições e constituem relações elementares, analisadas em forma de quadrado semiótico, segundo Fiorin. Assim, não existem significações como elementos autônomos – ou predominância dos elementos figurativos –, mas somente por relações opositivas.

Nesse nível, os sentidos do texto são determinados pelas relações sensoriais do ser vivo com o conteúdo. Analisando-se a categoria semântica superficial do texto, de forma subjacente identifica-se a categoria que lhe faz oposição e, de acordo com aquele contexto, uma delas recebe a qualificação semântica de eufórica – considerado um valor positivo – e a outra, disfórica – valor negativo. (FIORIN, 2005, p. 23).

A sintaxe do nível superficial é determinada pela negação e pela asserção. Em uma enunciação, essas duas operações ocorrem sucessivamente, de

acordo com o teórico Fiorin. Por exemplo, no texto em estudo, do Deputado Enéas – embora o tratado semiótico do seu discurso seja mais pormenorizado no item seguinte –, a retórica é o ponto primordial a ser evidenciado. O Deputado Enéas critica a falta de erudição do Presidente Lula. Portanto, ter-se-ia um modelo de quadro semiótico da seguinte maneira:

linguagem insipiente x linguagem padrão culta, donde poder-se-ia observar duas hipóteses: a) afirmação da linguagem insipiente, negação da linguagem insipiente, afirmação da linguagem padrão culta; b) afirmação da linguagem padrão culta, negação da linguagem padrão culta, afirmação da linguagem insipiente. (FIORIN, 2005, p. 23).

Assim sendo, a semântica e a sintaxe do nível superficial são os pontos de partida para o percurso gerativo do sentido.

No nível intermediário, Greimas afirma que o sujeito da enunciação “produz” um discurso, cujo efeito, para o enunciatário, terá o sentido “verdade”. (LOPES; HERNANDES (orgs.), 2005, p. 126). Nessa etapa, analisam-se as ações, ou seja, “o fazer” dos actantes – sujeito e objeto.

Esse processo de transformação realiza-se por meio de duas formas de enunciado: os enunciados de estado, que estabelecem uma relação de conjunção ou disjunção entre o sujeito e o objeto; e os enunciados de fazer, em que há uma transformação na relação de junção do sujeito com o objeto, o que corresponde à passagem de um estado para o outro. (FIORIN, 2005, p. 28). Há uma conversão do nível superficial para o intermediário, ou seja, em lugar das operações lógicas – oposições semânticas, quadro semiótico etc. –, surgem transformações narrativas operadas por um sujeito. (FIORIN (org.), 2004, p. 191).

A narratividade – diferentemente de “narração”, que faz parte de todos os textos – produz uma mudança entre dois estados sucessivos e distintos: o texto inicia com uma narrativa mínima, passa por uma transformação e chega ao estado final. (FIORIN, 2005, p. 28).

É importante lembrar que, no caso de uma análise semiótica, o sujeito não pode ser confundido com pessoa; nem objeto com coisa. Sujeito e objeto são papéis narrativos e, portanto, podem ser representados, em um nível mais superficial, por pessoas, coisas ou animais (FIORIN, 2005, p. 29). “A narrativa de um texto é a história de um sujeito em busca de valores” (FIORIN (org.), 2004, p. 191); estes, por sua vez, estão inseridos nos objetos. Portanto, “quando um sujeito ganha ou adquire um valor, outro sujeito doa esse valor ou é privado do mesmo”. (FIORIN (org.), 2004, p. 191).

Os textos são narrativas complexas e se desdobram em uma organização canônica de quatro etapas: manipulação, competência, *performance* e sanção. (FIORIN, 2005, p. 29).

Segundo Fiorin, na etapa da manipulação, um sujeito leva o outro a querer e/ou dever fazer alguma coisa. Essa fase é definida como um “saber-fazer” e como a “ação do homem sobre outros homens”. (GREIMAS e COURTÉS, 1979, *apud* SANTAELLA; NÖTH, 2004, p. 114).

Há diversos tipos de manipulação. Ela pode ocorrer por meio da tentação, da intimidação, da sedução, da provocação etc. (FIORIN, 2005, p. 30). Tudo vai depender da circunstância em que se encontra o sujeito manipulador e da conveniência em utilizar-se desse ou daquele método de manipulação para alcançar seu objetivo.

O percurso da manipulação gera a transformação de estado, mas de modo particular. Para diferenciá-la das demais transformações, o sujeito operador será denominado “destinador”; e o sujeito do estado sobre o qual ele age, “destinatário”. (FIORIN (org.), 2004, p. 191). Isso significa que o destinador propõe ao destinatário um contrato, um acordo, com a intenção de levá-lo (o destinatário) a fazer alguma coisa, a ser o sujeito operador da transformação de estado. Para isso, o destinador tem de persuadir o destinatário, tem de levá-lo a querer ou a dever fazer, a poder e a saber fazer. A produção do destinador advém de uma ação de “fazer parecer verdadeiro” (LOPES; HERNANDES (orgs.), 2005, p. 126), isto é, do emprego de recursos que levem à verossimilhança do discurso a ser aceita pelo enunciatário como verdadeira. (LOPES; HERNANDES (orgs.), 2005, p. 128). Isso significa que se pode conceber ainda a manipulação segundo o saber, em que a natureza dos fatos é apresentada de forma lógica, com argumentos convincentes, o que parecerá ao enunciatário uma proposição da razão. (LOPES; HERNANDES (orgs.), 2005, p. 128).

Na etapa da competência, o “sujeito que vai realizar a transformação central da narrativa é dotado de um saber e/ou poder fazer” (FIORIN, 2005, p. 30). E a competência pode aparecer sob as mais variadas formas. Por exemplo, no discurso do Deputado Enéas, veremos que o Deputado recorre a metáforas de linguagem médico-científicas, pouco comuns, para descrever a ineficácia do Governo, que tem à frente o Presidente Lula. Poderemos observar que a linguagem que ele utiliza não pode ser compreendida por toda a população que assiste à CPMI, o que lhe confere, principalmente em relação à população de baixo grau de escolaridade, sabedoria e autonomia; pela maneira firme com que fala, pelas palavras “difíceis” que utiliza. Com isso, ele cria, perante a opinião pública, a imagem

de um homem inteligente e culto e, portanto, dotado de “razão”, quando expõe a sua “verdade”. (LOPES; HERNANDES (orgs.), 2005, p. 128).

A *performance* é a fase em que ocorre a transformação central da narrativa, a mudança de um estado para outro; é a mudança do estado de disjunção (valor negativo) para o de conjunção (valor positivo) dos actantes. (FIORIN, 2005, p. 31).

A última etapa é a sanção, que identifica o sucesso da *performance* (FIORIN, 2005, p. 31); é a constatação da transformação pelo enunciatário, o reconhecimento de que o sujeito enunciador realizou a transformação.

Em relação a essas etapas, vale ressaltar três pontos: em primeiro lugar, que elas não se organizam numa sucessão temporal, mas por pressuposições que são identificadas na enunciação; em segundo, que, muitas vezes, as etapas da seqüência não aparecem de forma explícita – porém, são percebidas por pressuposições; e, em terceiro, que, em alguns textos, não há o desenvolvimento de todas as etapas. (FIORIN, 2005, p. 32).

O Deputado Enéas, por exemplo, apresenta-se como erudito, culto e, apesar de entender que esses são quesitos básicos para se eleger um Presidente da República, na verdade ele não conseguiu eleger-se como tal, ou seja, o seu discurso está – ou esteve – em disjunção com o pensamento da opinião pública no que concerne à capacitação do Deputado para dirigir o país. E o vitorioso nas urnas foi um homem que, na opinião do Deputado, não tem condições de ser Presidente da República, por não ter um nível de escolaridade semelhante ao seu. Porém, o linguajar do atual Presidente estava em conjunção com o entendimento da população, que o elegeu.

No nível profundo, observam-se mecanismos utilizados para a realização das formas abstratas do nível narrativo. De acordo com Greimas, no nível profundo são identificadas maneiras pelas quais são produzidos os conteúdos narrativos, que são invariantes; mas o nível discursivo varia. (FIORIN, 2005, p. 41).

Na política brasileira, por exemplo, existe uma estrutura narrativa fixa em relação ao político que quer conquistar o seu eleitor. O candidato “x” quer entrar em conjunção com “y” (o eleitor), ou seja, ele quer conquistar a simpatia e a confiança do eleitor para conseguir dele o voto. Porém, sempre há fatores impeditivos que dificultam o candidato “x” a obter a confiança de “y” (da população, do eleitorado). Finalmente, o candidato “x” encontra mecanismos que o levam a aproximar-se de “y” (o eleitor), e ele, então, consegue o voto do eleitor e elege-se. (FIORIN, 2005, p. 41)

Essa estrutura de conteúdo narrativo é fixa, mas os impedimentos de “x” para alcançar o eleitor (“y”) – agora, no nível profundo – modificam-se a cada eleição. Em uma delas, por exemplo, pode ser que o candidato, apesar de honesto, de íntegro, não apresente uma plataforma de governo convincente, e o eleitorado, então, deixa de votar naquele candidato por entender que ele não dá prioridade ao que lhe parece ser prioritário; em uma outra eleição, pode ser que o candidato seja extremamente simpático, atraente, tenha o dom da retórica e seja convincente. Porém, a Oposição descobre que ele é corrupto, que já fez uma péssima administração em governos passados. A Oposição, então, prova o que diz, e o candidato é derrotado. (FIORIN, 2005, p. 41).

Enfim, há uma série de fatores e de circunstâncias que podem ser favoráveis ou desfavoráveis ao candidato; ou seja, há inúmeras formas de se conceber o nível profundo – discursivo – para se concretizar o nível intermediário – a estrutura narrativa.

No caso do Deputado Enéas, que era candidato à Presidência da República, o fato de ser médico, professor e escritor não foi o suficiente para convencer a população brasileira de que o seu nome era o mais indicado para ocupar o cargo. Talvez a população tenha se esquivado exatamente por ele ter construído a imagem de um homem culto, por não vê-lo como um ser acessível, identificável com os problemas nacionais. Enquanto que o Presidente Lula, ao contrário, com a sua maneira de ser, conseguiu identificar-se com o povo, conseguiu convencer os eleitores de que ele, Lula, seria a melhor opção, exatamente por ter passado por dificuldades, por ter subido na vida com muito esforço e dedicação, como é o caso da maioria da população de um país do Terceiro Mundo.

Em outras palavras, na última etapa do percurso gerativo do sentido, o nível intermediário – a narrativa – vai ser inserido no tempo e no espaço. (FIORIN (org.), 2004, p. 193). Os sujeitos, os objetos, os destinadores e os destinatários da narrativa – os actantes – serão os atores do discurso. Além disso, os valores do nível intermediário serão disseminados no discurso – nível profundo –, de modo abstrato, sob a forma de tema e transformados, sensorialmente, em figuras. (FIORIN (org.), 2004, p. 193).

No que concerne à relação entre as duas instâncias comunicativas do chamado “contrato fiduciário”, a troca de valores semióticos pressupõe a confiança de um “fazer-creer” do enunciador e a receptividade do enunciatário. (SANTAELLA; NÖTH, 2004, p. 122). O “contrato fiduciário” é um “contrato de veridicção”, ou seja, segundo Greimas, o sujeito da enunciação produz um discurso que deve ser entendido como “verdadeiro”. (SANTAELLA; NÖTH, 2004, p. 123). A produção do discurso, então, origina-se da ação de “fazer parecer verdadeiro”, isto é, de recursos com os quais a verossimilhança do discurso seja aceita como verdadeira, pois a

adesão do enunciatário é a base da sanção, do contrato de veridicção; é a aceitação, pelo enunciatário, como verdade da mensagem transmitida (LOPES; HERNANDES (orgs.), 2005, p. 126).

O “contrato fiduciário” é evidenciado principalmente no discurso persuasivo, ou seja, no “percurso da manipulação” (SANTAELLA; NÖTH, 2004, p. 123), que evoca o fazer persuasivo e cujo enunciatário aceitará ou não. “Se a verdade do discurso é, então, inteiramente um assunto ‘no interior do enunciado’” (GREIMAS e COURTÉS, 1979; *apud* SANTAELLA; NÖTH, 2004), então, um discurso produz sua verdade. Com isso, não mais se acredita que o enunciador crie um discurso verdadeiro e, sim, que produza um discurso com efeito de verdade.

2 BREVES PALAVRAS SOBRE SEMIÓTICA

A definição para o termo “semiótica” não é tema de comum acordo entre os estudiosos da matéria. A semiótica abrange várias áreas de investigação, da semiótica da arquitetura à zoossemiótica. (NÖTH, 2005, p. 17). Portanto, na tentativa de se conceituar a ciência por meio de uma resposta que abarcasse várias teorias, ela foi definida como “a ciência dos signos e dos processos significativos (semiose) na natureza e na cultura”. (NÖTH, 2005, p. 17). Bem, é claro que essa definição também não foi aceita por muitos estudiosos, de acordo com Nöth, nem mesmo por Greimas, cuja teoria embasa o estudo deste trabalho. Greimas não define a semiótica como uma teoria dos signos e, sim, como uma teoria da significação. Mais adiante, veremos detalhadamente a sua proposição para o estudo da semiótica.

A origem dessa ciência tem duas ramificações distintas: uma delas teve início propriamente dito com os filósofos John Locke (1632 – 1704), que, em 1690, criou uma doutrina dos signos chamada *semeiotiké*, ou com Johann Heinrich Lambert (1728 – 1777), que, em 1764, escreveu um estudo específico intitulado *semiotik* (NÖTH, 2005, p. 17). A outra ramificação é a da “doutrina do signo”, cujos precursores são Platão e Aristóteles, que eram teóricos do signo e, portanto, considerados semioticistas *avant la lettre*. (NÖTH, 2005, p. 18).

A semiótica foi objeto de polêmica acerca do seu conceito como ciência. Houve estudiosos que a consideraram moda; outros, uma atividade, práxis e, inclusive, revolução. Houve os que a consideravam uma semântica mais científica, e ela foi chamada de campo de pesquisa, princípio de análise, método, ciência, projeto de ciência, interdisciplina, transdisciplina, metadisciplina, doutrina, teoria, metateoria, metaciência ou ideologia das ciências. Enfim, esses inúmeros títulos ilustram a

grande dificuldade que os estudiosos encontraram para inserir a semiótica no campo das ciências.

Entretanto, para se compreender bem um texto, não basta lê-lo inúmeras vezes, é preciso “mostrar” o que nele deve ser observado, pois a sensibilidade não é um dom inato, mas algo que deve ser desenvolvido e cultivado. (FIORIN, 2005, p. 9). Assim, os estudiosos da linguagem desenvolveram uma série de teorias do discurso com as quais é possível identificar uma gramática que preside a construção do texto. Da mesma forma que a coordenação e a subordinação são identificadas como processos de estruturação de um período, é preciso detectar a gramática do discurso para que se possa interpretar e redigir um texto com mais eficácia. (FIORIN, 2005, p. 10).

É esse, portanto, o objetivo da semiótica, e a teoria de Greimas apresenta-se como uma das possibilidades de análise do discurso, entre tantas outras existentes.

3 PERFIL IDENTITÁRIO DOS SUJEITOS

Os sujeitos em análise deste discurso são: o Deputado Enéas, o Deputado Roberto Jefferson e o Presidente Lula.

3.1 Deputado Enéas

O Deputado Enéas, além de Parlamentar, é médico, Mestre em Cardiologia, professor universitário e escritor – tem dois livros publicados sobre Cardiologia. Graduou-se também em Física e Matemática.

Ele sempre pertenceu ao Prona, partido que fundou em 1989. Foi candidato derrotado à Presidência da República e ficou conhecido pelo jargão: “Meu nome é Enéas”!

Pelo fato de o tempo concedido pelo Tribunal Superior Eleitoral aos pequenos partidos ser exíguo, ele tinha apenas 30 segundos para expor sua plataforma de governo. Assim, depois de duas ou três palavras que pronunciava rapidamente, terminava o seu discurso com o referido jargão.

O Deputado é um homem inteligente, extremamente culto, vaidoso e, segundo ele, um médico bem-sucedido, como diz no seu discurso: “Quando o fiz [referindo-se ao Prona], há 15 anos, eu tinha os meus recursos – possuía um consultório cheio na Avenida Visconde de Pirajá, lecionava em duas faculdades e em dois cursos de pós-graduação”.

A sua formação possibilita-o falar fluentemente e rapidamente. Utiliza-se de uma linguagem pouco comum e admira todos aqueles cujo nível intelectual assemelha-se ao seu.

Foi pobre na infância e trabalha desde os nove anos de idade, como também diz no seu discurso: “Estou falando de inteligência e de preparo – uma dessas qualidades é inata e desenvolvida, em média, até os 16 anos; e a outra é adquirida com esforço extremo, para quem nasceu em berço pobre como eu e estudou a vida inteira, desde nove anos, trabalhando”.

Seus pontos de vista são defendidos com veemência e jamais se importou em dizer o que pensa, ainda que suas idéias provocassem polêmica em alguns eleitores, como, por exemplo, quando foi ao Programa do Jô, certa feita, e disse que era a favor da bomba atômica, porque o Brasil tinha de precaver-se de futuros ataques.

Na Câmara dos Deputados, ele já atuou, como membro titular e suplente, em várias comissões (conselhos em que os membros se reúnem para discutir problemas ligados a áreas específicas), como, por exemplo, nas Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento, Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, Relações Exteriores e de Defesa Nacional, entre outras. Neste ano, foi autor de um projeto de lei que proíbe a produção e comercialização de alimentos em forma de cigarros ou de outros produtos derivados do tabaco e foi autor de um requerimento que dispõe sobre a substituição de combustíveis derivados de petróleo por outros a partir da biomassa.

As ausências em plenário, quando ocorrem, são justificadas e autorizadas.

3.2 Deputado Roberto Jefferson

O Deputado Roberto Jefferson, cujo nome completo é Roberto Jefferson Monteiro Francisco, é carioca, advogado e professor de Direito.

Foi eleito seis vezes consecutivas a Deputado Federal, sempre pelo PTB – Partido Trabalhista Brasileiro –, e é o Parlamentar mais antigo da legenda. Seu avô é o fundador do PTB, Partido ao qual o seu pai também pertenceu.

O Deputado é um homem inteligente, vaidoso, sabe discursar, tem muita facilidade para comunicar-se e fala pausadamente, mas de forma convincente e firme. Olha nos olhos dos seus interlocutores e não demonstra intimidação em quaisquer circunstâncias. É conhecido como um grande magistrado e ganhou a maioria das causas que defendeu. É ponderado quando expõe suas opiniões, como se estudasse o seu interlocutor para surpreendê-lo positivamente.

Pode-se dizer que o Deputado Jefferson pertencia a um Partido de Contro-Direita e nunca fez oposição acirrada a nenhum partido. Antes de fazer a cirurgia de redução de estômago, quando era bem gordo, chamavam-no inclusive de troglodita, e, hoje, ele se justifica dizendo que preferia pensar que as pessoas tinham medo dele a receber um olhar de rejeição. Mostrava-se apaziguador e, com muita perspicácia e reconhecida facilidade de comunicação e persuasão, conseguia manter um bom relacionamento com membros de todas as legendas.

Era um articulador, um sedutor na arte de falar bem, talvez pela própria formação acadêmica. Segundo o jornal O Estadão, do dia 12 de novembro de 2005, o Deputado Roberto Jefferson “perdeu a primeira causa em que atuou como advogado criminalista. Por 4 votos a 3, os jurados decidiram, nesta madrugada,

absolver o réu Valmir Taffarel do crime de mando da morte do vereador Augusto Alba, da cidade de Vera, norte do Mato Grosso”.

Apesar das seis vitórias consecutivas como Deputado Federal, os dois períodos em que esteve em evidência foram, em primeiro lugar, na época do ex-Presidente Collor, quando o ex-Presidente lhe pediu que o defendesse nos mais de 30 processos em que estava envolvido. A sua atuação foi tão brilhante que o ex-Presidente foi absolvido em todos eles; e, em segundo, agora, quando denunciou o esquema do “mensalão”.

No seu currículo parlamentar, ente outros feitos, constam o seu voto a favor das Diretas Já, em 1984; a sua atuação como Deputado Constituinte e coordenador de Plenário do Movimento do Centro Democrático (Centrão) e, em várias ocasiões, esteve em defesa das conquistas sociais. Na época do Centrão, por exemplo, defendeu o direito dos trabalhadores e foi autor de um projeto de crimes hediondos, do qual originou a lei que pune com rigor os bandidos praticantes desse tipo de crime.

3.3 Presidente Lula

O Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, é pernambucano e formou-se em torneiro mecânico em 1963. Ingressou na política, em 1966, por meio da sua atuação na vida sindical.

Em 1972, foi eleito Primeiro-Secretário do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Em 1975, elegeu-se Presidente da entidade. Por sua intensa participação nas atividades sindicais, sempre reivindicando direitos iguais e salários justos para os trabalhadores, conquistou a confiança dos

metalúrgicos, em primeiro lugar, e, pouco a pouco, a admiração da população brasileira.

Em 1980, Lula ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores, em São Paulo; em 1982, acrescentou o apelido “Lula” ao nome e disputou o Governo de São Paulo. Em 1986, elegeu-se Deputado Federal (Constituinte) e obteve a maior votação do País. Em 1989, disputou pela primeira vez a Presidência da República e perdeu para Fernando Collor. Finalmente, em 2002, é eleito Presidente do Brasil.

É importante ressaltar, não obstante, que a vitória do Presidente Lula deveu-se à mudança ideológica do Partido. Vários pontos polêmicos que os petistas sempre defenderam e com os quais não encontravam guarida principalmente entre os empresários brasileiros e entre os banqueiros internacionais tiveram de ser alterados ou simplesmente deixados de lado para que o candidato do Partido dos Trabalhadores chegasse ao poder. Por exemplo, os petistas sempre rejeitaram a postura da Direita em relação ao FMI e ao modelo neoliberal do ex-Presidente Fernando Henrique. No entanto, hoje, são aliados do ex-Presidente José Sarney e do Senador Antonio Carlos Magalhães e comemoram o pagamento de bilhões de juros da dívida externa em detrimento dos investimentos sociais que poderiam estar sendo feitos no Brasil, como alegavam aos membros da Situação, quando eram Oposição.

A política econômica é criticada por ser uma continuação à do ex-Presidente Fernando Henrique, e os petistas mais radicais, como eram a Senadora Heloísa Helena, a Deputada Luciana Genro e o Deputado Babá – os três, hoje, pertencem ao P-SOL – não suportaram a mudança do discurso, que sustentava e que caracterizava a diferença do Partido em relação aos outros Partidos, e foram expulsos do PT.

O Presidente dos Estados Unidos, outrora tão criticado pela hegemonia de poder e de riqueza em relação aos outros povos, passou a receber a alcunha de “companheiro Bush” por alguns petistas, que ironizam a forma paradoxal com que o Presidente do Brasil trata o Colega quando se encontram para tratar de assuntos de política internacional. E o Presidente Bush elogia a atitude do Presidente do Brasil com relação ao pagamento da dívida externa e ao cumprimento de todos os compromissos assumidos com os bancos internacionais.

O Presidente Lula discursa com estilo próprio e dirige-se à Nação brasileira como se estivesse conversando com um amigo, na esquina, o que o diferencia dos outros ex-Presidentes. Ele prefere improvisar a ler discursos prontos, e a sua figura foi crescendo perante a opinião pública à medida que fazia os seus discursos contundentes, inteligentes, por meio dos quais mostrava o seu conhecimento em relação aos problemas do país; à medida que era convidado, inclusive por autoridades internacionais para liderar ou participar de debates relacionados à América Latina ou aos problemas sociais do Terceiro Mundo como um todo. E é indubitável a empatia que conseguia gerar entre aqueles que o ouviam, quando pronunciava os seus discursos, quando expunha as suas dificuldades e as do país. Tanto os brasileiros quanto as autoridades internacionais se compadeciam do abismo que existe entre os países ricos e pobres, mas principalmente os brasileiros mais humildes sempre se identificaram com aquele homem batalhador, corajoso e incansável, que relatava a sua experiência de homem pobre, de vida prosaica e de seus périplos por este Brasil afora, na esperança de convencer a população de que ele, sim, teria condições de fazer algo pela população mais carente, por ter conhecido, *in loco*, todas as dificuldades e vicissitudes de uma vida repleta de sofrimento.

4 APRESENTAÇÃO DO DISCURSO DO DEPUTADO ENÉAS

O Deputado Federal em questão começa o seu discurso dizendo que o seu pronunciamento é inócuo. Ele disse que pediu a palavra porque queria contestar as palavras do Deputado Roberto Jefferson, que afirmou que todos os partidos políticos utilizavam dinheiro de empresas para fazer campanhas eleitorais. Porém, o próprio Deputado Roberto Jefferson, antes de terminar o seu pronunciamento, retifica as suas palavras e diz que o Prona – o Partido do Deputado Enéas – não faz parte desse esquema. No entanto, ainda assim, o Deputado Enéas pede a palavra, diz que foi à tribuna para contestar as palavras do Colega e, como não havia mais necessidade de fazer isso, ele aproveita a oportunidade, tece elogios ao Deputado Roberto Jefferson, faz um longo discurso à Nação, relata como fundou o Prona e que recursos utilizou para isso, diz que é um médico bem-sucedido e que é candidato à Presidência da República.

Nesse meio tempo, ele afirma também que venceu na vida porque lutou muito – trabalhou desde os nove anos de idade –, que a sua ex-mulher também era formada e preparada intelectualmente, quando menciona que ela é Procuradora-Geral; que tinha um consultório cheio na Av. Visconde de Pirajá, no Rio de Janeiro – no bairro de Ipanema, onde os moradores são, no mínimo, classe média alta –, que era professor de medicina e, no fim, ele diz que essas abordagens não são a razão do seu pronunciamento.

4.1 Compreendendo o papel do sujeito Enéas

No seu discurso, o Deputado Enéas ressalta, em várias oportunidades, o saber falar, a retórica, a erudição. Ele se utiliza de uma linguagem primorosa e elaborada para se dirigir aos seus pares, ao mesmo tempo em que critica a falta de erudição do Presidente Lula.

Ainda que não tenha havido acuidade lingüística em todo o seu discurso, ou seja, que o seu pronunciamento não tenha sido proferido, na sua totalidade, com palavras elaboradas e pouco comuns, a idéia da importância da escolaridade para se ocupar um cargo público – principalmente o de Presidente da República – subjaz em toda a estrutura discursiva.

Em diversos momentos, o Deputado demonstra inteligência, cultura, intelectualidade e transmite o desejo de, um dia, chegar à Presidência do País. Diz também que se esforçou muito para tornar-se um médico bem-sucedido e, com isso, confronta o entendimento do atual Presidente a esse respeito, que diz que não é necessário o estudo para se tornar presidente de um país e, sim, vontade política para se mudar o *status quo*.

5 O PERCUROS GERATIVO DO SENTIDO E O DISCURSOS DO DEPUTADO ENÉAS

5.1 Nível superficial

No nível superficial, no primeiro parágrafo, o texto se constrói a partir das oposições entre “eu”/”Sr. Presidente”, “Deputado Roberto Jefferson” e “esta Comissão”. (LOPES; HERNANDES, 2005, p. 133).

Exemplo:

“Peço [eu] a palavra pelo prazo de dez minutos na qualidade de Líder do Prona”, dirigindo-se ao Presidente.

Ou ainda:

“Conversei com S. Ex^a e *quero* deixar bem claro a esta Comissão que tenho uma imensa simpatia pelo Deputado Roberto Jefferson”.

Outro exemplo:

“Apesar de uma ou de outra discordância ideológica, não me recordo de, em nenhuma ocasião, ter apresentado, apontado ou lançado alguma diatribe contra V. Ex^a, Deputado”, referindo-se ao Deputado Roberto Jefferson.

“Eu” em oposição a “Sr. Presidente”, “Deputado Roberto Jefferson” e “esta Comissão” é um conjunto cujos membros mantêm uma relação entre si. “Eu”, como quem é capaz (para fazer); e “Sr. Presidente”, o “Deputado Roberto Jefferson” e

“esta Comissão” como julgadores da competência de “eu”. (LOPES; HERNANDES, 2005, p. 133).

O texto mostra que o enunciador se dirige ao Sr. Presidente, ao Deputado Roberto Jefferson e a “esta Comissão” para contestar as palavras do Deputado Roberto Jefferson, que havia incluído o Prona em um esquema de corrupção. Porém, o Deputado Enéas diz:

Poderiam parecer despidiendas as considerações sobre o Partido [dele, o Prona], uma vez que S. Ex^a, o Deputado Roberto Jefferson, de maneira extremamente elegante, já, de público, desdisse sua assertiva anterior, com a qual defendeu a tese de que todos os Partidos, ao participarem de eleições, receberiam ajuda de empresas.¹

Portanto, o enunciador não necessitava usar a palavra, mas ele aproveita a oportunidade para dirigir-se à Nação brasileira, falar de si, da fundação do Prona, e tudo isso para tentar entrar em conjunção com o objeto (obter votos para eleger-se a Presidente da República). E “eu” faz oposição a “senhores que assistem ao pronunciamento”.

Exemplo:

Senhores que assistem ao pronunciamento, o Prona foi criado com meus recursos e, depois, com os de meus amigos e jamais tive qualquer recebimento em numerário – ou o equivalente – de empresa estatal ou privada. Deixo bem clara a posição, apenas ratificando aquilo que V. Ex^a disse tão bem.

O texto revela que o enunciador dirige-se aos três sujeitos acima relacionados para defender o seu Partido e opõe-se ao Governo do Presidente Lula, que, na sua opinião, não faz um bom governo e não sabe dirigir o país.

Exemplo:

¹ Reprodução do discurso que segue em anexo.

É uma ironia curiosa: quanto mais se paga, mais se deve. Não é problema do Governo, de Sua Excelência o Presidente Lula, que não entende nada disso. Desculpem-me os Líderes do PT, mas já discuti com Sua Excelência certa feita ao vivo, e ele não tem o mínimo de arrumação intracromossomial para dirigir o país.

As categorias semânticas opositivas são ERUDIÇÃO e INSIPIÊNCIA, em se tratando de um Deputado Federal, ex-candidato e futuro candidato à Presidência da República, que critica o atual Presidente pela falta de escolaridade e que elogia aqueles cuja cultura e inteligência são visíveis, no âmbito do exercício parlamentar.

Um exemplo de erudição, oriundo do Deputado Enéas, é o parecer do Orador não Identificado no início do discurso, quando ele faz alusão ao fato de que há muito tempo não ouve a palavra “despiciendas”.

Orador não Identificado: “Há muito tempo não ouço esse termo”. Diz o Deputado Enéas: “Como? Não entendi”. Responde o Orador não Identificado: “Há muito tempo não ouço o termo “despiciendas”. Ao que o Deputado Enéas responde: “Mas, diante da verve literária de V. Ex^a e de tantos que me antecederam, tenho o direito de usar de um vernáculo escorreito também”.

No texto em questão, ERUDIÇÃO é um termo eufórico, positivo, atraente. A erudição preconiza um vocabulário elaborado, apurado, correto, acessível apenas àqueles que estudaram e que adotaram o hábito da leitura. E INSIPIÊNCIA é um termo disfórico, negativo, repulsivo, refutado pelo Deputado Enéas. Um exemplo dessa afirmação no texto é quando ele corrige os seus colegas, dizendo: “Do seu discurso – não como “vosso”, como tanta gente diz no plenário, não é “vosso”, é “seu”, terceira pessoa [...]”. (FIORIN, 2005, p. 23).

Tem-se, portanto, o seguinte percurso de negação e afirmação – ou organização sintática fundamental:

(afirmação)	(negação)	(afirmação)
<i>insipiência</i>	<i>não-insipiência</i>	<i>erudição</i>
(disforia)	(não-disforia)	(euforia) (FIORIN (org.), 2004, p.

190).

a) Afirmação de insipiência

Há afirmação de insipiência quando o Deputado Enéas diz que nasceu pobre e que trabalhou desde os nove anos de idade:

“[...] uma dessas qualidades é inata e desenvolvida, em média, até os 16 anos, e a outra é adquirida com esforço extremo, para quem nasceu em berço pobre como eu e que estudou a vida inteira, trabalhando”.

E critica o Presidente Lula quando se refere à falta de escolaridade dele:

Não há desculpa para que Sua Excelência continue sem entender coisa alguma do que diz, falando a linguagem a mais tacanha possível e usando, inclusive, de expressões que representam quase uma maneira tosca, de um homem do campo, que não condiz com a posição de quem está no ponto mais alto desta Nação.

E, para referir-se à incapacidade de Lula para ser Presidente do país, ele declara que o Presidente “não tem o mínimo de arrumação intracromossomial específica para dirigir o país”.

b) Negação de insipiência

A negação de insipiência encontra-se no fato de que o Presidente Lula, apesar de não ser erudito, é o Presidente da República. Ou seja, no texto não há claramente a passagem da INSIPIÊNCIA para a ERUDIÇÃO, mas as categorias semânticas são desveladas por meio da operação de negação e afirmação, o que é

denominado “categoria fórica”. A “euforia vs disforia” (categoria fórica) é análoga à “tensão vs relaxamento”. Isso significa que a euforia é percebida somente pela passagem ao relaxamento e à continuidade do mesmo (relaxamento). E a de disforia, ao contrário, à continuidade da tensão.

c) Afirmação de erudição

A afirmação de erudição encontra-se em vários momentos do texto, quando o Deputado utiliza um vocabulário esmerado para se comunicar com os membros da comissão e para elogiar aqueles que, a seu ver, merecem distinção pela capacidade intelectual que demonstram. Por exemplo, quando ele se refere ao Deputado Roberto Jefferson, em um dado momento, ele diz:

“Do discurso de V. Ex^a exsurge sinceridade, sinceridade inconcussa, inconteste e irrefragável”.

Nesse ponto, é interessante ressaltar que o termo “inconcusso”, de acordo com o Dicionário Aurélio, semema 2, significa: “incontestável, irrecusável, irrefragável”. E o Deputado diz: “inconcussa, inconteste (incontestável) e irrefragável”.

Disso se depreende que a escolha lexical do sujeito Enéas é uma das marcas da sua identidade como político. Ele sabia que seria ouvido não só pelos membros da comissão, mas pelo país. Cultura e linguagem padrão culta são quesitos que, segundo ele, são extremamente importantes para se exercer um cargo de alto nível no país. Por isso, ele faz questão de mostrar à Nação a sua erudição lingüística. Dessa forma, não é à toa que ele opta por determinadas palavras para dirigir-se ao Deputado Roberto Jefferson e à Nação. Por meio de linguagem

eskorreita, ele constrói a sua imagem de homem inteligente, culto e preparado para dirigir o país. Ele sabe que está falando à Nação.

Exemplo:

“Senhores que assistem ao pronunciamento [...]”.

Nesse ponto, a sua postura é a de uma autoridade competente e determinada que fala ao País, que pede votos, que deseja explicar-se à Nação e que, por isso, quer que prestem atenção às suas palavras. Ele poderia ter dito: “Sr. Presidente” – a quem se dirigem normalmente os oradores; ou ainda: “Deputado Roberto Jefferson”, a quem respondia e dava explicações sobre a autonomia financeira do Prona. Mas preferiu: “Senhores que assistem ao pronunciamento”, o que dá a idéia de que há mais pessoas assistindo ao debate, e não apenas o Presidente e o Deputado Roberto Jefferson; e que é a eles que ele quer se dirigir.

Outro exemplo de que ele sabia que falava à Nação:

E, quanto ao acervo de depoimentos, aos quais, queiramos ou não, temos de assistir, quando, uma vez por outra, passamos diante da tela, porque é quase impossível não ver ou ouvir – fala-se em todos os lugares, da camareira à engenharia, do porteiro de prédio ao reitor da universidade, então, é impossível não ver [...]

Outro exemplo de afirmação de erudição:

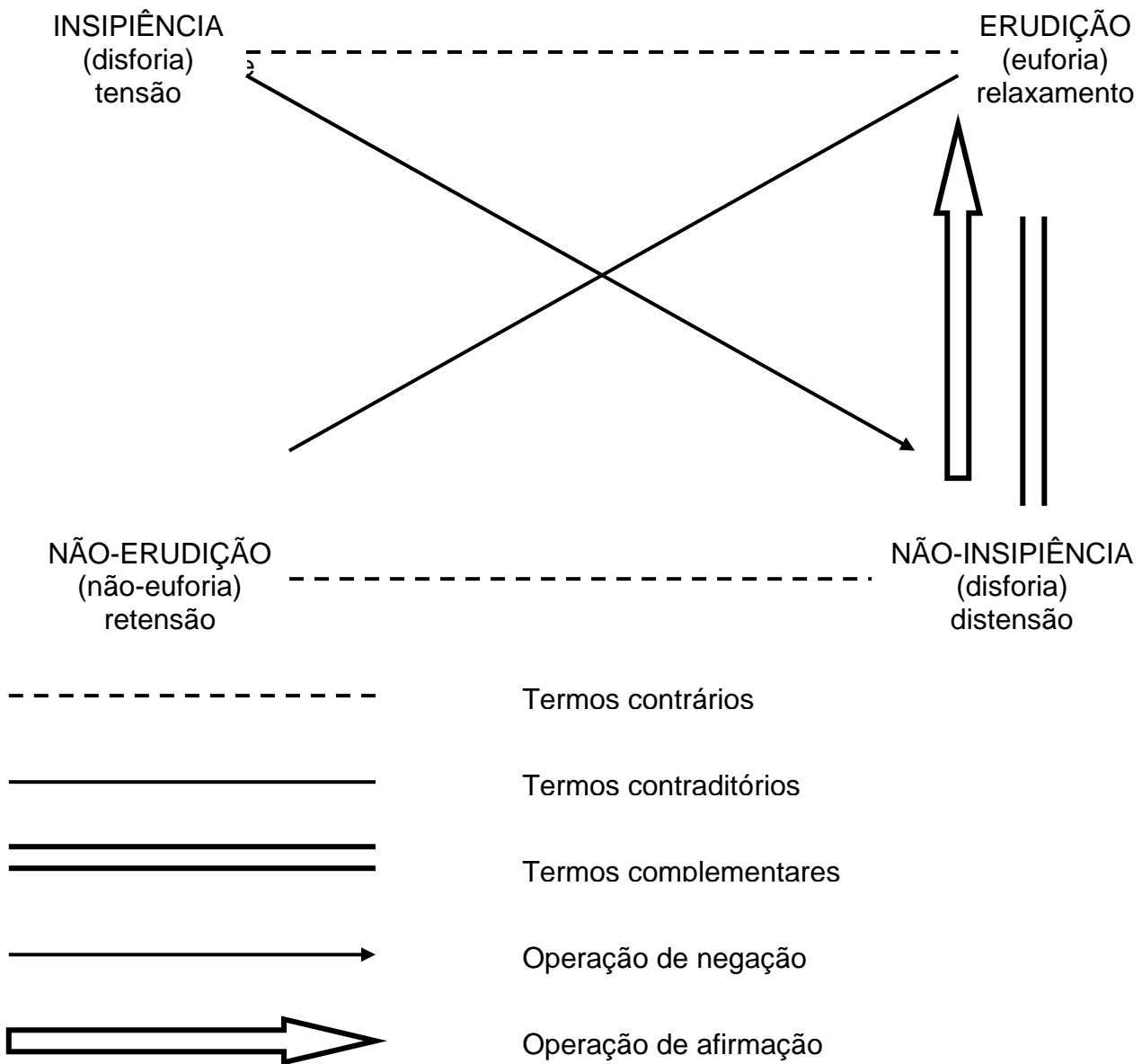
“O respeito que tenho por V. Ex^a quero declará-lo de público, não só pela sua verve, pela sua retórica, pela linguagem tersa que V. Ex^a usa [...]”.

E, dirigindo-se ao Relator, Deputado Abi-Ackel:

“Espero que a CPI, liderada por S. Ex^a o nosso Presidente, Senador Amir Lando, pela nossa ilustre e conspícua figura do Relator, Deputado Abi-Ackel, a quem já disse pessoalmente o quanto admiro [...]”.

Vale dizer que o Deputado Abi-Ackel é reconhecidamente – ou já o foi, quando era mais jovem – um dos maiores oradores da Casa. E o Deputado Roberto Jefferson, da mesma forma, é um renomado magistrado, além de político, e famoso pela habilidade discursiva, o que o leva a ganhar a maioria das causas que defende (vide artigo de O Estadão, no capítulo “Perfil dos sujeitos”).

Por isso, o quadrado semiótico do nível superficial, no qual se encontram as estruturas fundamentais, pode ser visualizado na página subsequente da seguinte forma:



(FIORIN (org.), 2004, p.190)

5.2 Nível intermediário

No nível intermediário, a narratividade pressupõe a passagem de uma narrativa do estado inicial – narrativa mínima – para o estado final. No caso do discurso do Deputado Enéas, ele repete quatro vezes, durante todo o

pronunciamento, que pediu a palavra apenas para defender o seu Partido. Isso significa que o Partido precisava de defesa, que a reputação do mesmo estava em disjunção com o entendimento da opinião pública. E o Deputado conseguiu explicar-se e provar a integridade do Partido. Ou seja, a reputação do Partido entrou em “conjunção” com o entendimento da Nação.

Vejamos alguns exemplos do momento em que ele defende o Partido:

O primeiro deles ocorre no 3º §, quando o Deputado Enéas diz:

Eu estava dizendo que poderiam parecer despiciendas as considerações sobre o Partido [referindo-se ao Prona], uma vez que S. Ex^a o Deputado Roberto Jefferson, de maneira extremamente elegante, já, de público, desdisse sua assertiva anterior, com a qual defendeu a tese de que todos os Partidos, ao participarem de eleições, receberiam ajuda de empresas.

O Deputado Roberto Jefferson isenta o Prona de participar de campanhas eleitorais com o dinheiro de empresas. E, quando o Deputado Enéas diz: “[...] de maneira extremamente elegante [...]”, referindo-se ao colega, ele se utiliza de manipulação por sedução – o que veremos mais à frente – para reiterar a sua posição em relação ao Prona, ao mesmo tempo em que caracteriza o enunciário (o Deputado Jefferson) como sendo capaz de entender o que é dito. O Deputado Enéas confere ao Deputado Roberto Jefferson capacidade de julgar e atribui a si capacidade para se dirigir a ele.

No 4º §, diz o Deputado Enéas: “Este é o primeiro ponto: a defesa do Partido. Só por isso vim aqui”.

No § 11, ele diz: “Vamos esquecer aquilo que está em discussão, porque não foi por esse motivo que vim aqui”. E, no meio do § 11, ele afirma: “Quero repetir a razão: vim aqui apenas para defender o meu Partido, e V. Ex^a já o fez”.

E, para referir-me à passagem do estado inicial – narrativa mínima – para o final, é preciso relatar um aspecto importante dos debates no Congresso: quando os parlamentares estão na tribuna – ou usando a palavra –, se o discurso não estiver a contento ou se o parlamentar disser algo com o qual os seus pares discordem, o orador é imediatamente interrompido pelos demais ou por aquele que quiser contraditá-lo. (FIORIN, 2005, p. 29).

No caso do Deputado Enéas, ele não é interrompido em momento algum, como se pode observar na íntegra do discurso que segue anexo. Ele discorre sobre a fundação do Partido, diz que o fez com os próprios recursos – cujo exemplo já foi mostrado – e todos o ouvem sem interrupção, o que já valida o discurso à credibilidade geral.

Portanto, nesse aspecto, já houve a passagem do estado inicial, da narrativa mínima – necessidade de defender o Partido – ao estado final – credibilidade do Partido. (FIORIN, 2005, p. 29).

Há um outro ponto importante: ao final do seu discurso, quando ele diz: "Sei que tenho 50 segundos [restantes, se quiser falar mais], mas deixo-os a critério de S. Ex^a o Deputado Roberto Jefferson".

Este seria um excelente momento para contradições ou apartes. No entanto, o Deputado Roberto Jefferson apenas o elogia pelo discurso e lhe agradece. Ou seja, houve uma concordância tácita entre o Deputado Enéas e o Deputado Roberto Jefferson em relação às palavras do Deputado Enéas, o que demonstra, mais uma vez, a transformação do conteúdo ou a mudança de um estado para outro.

O texto mostra que houve uma narrativa mínima de liquidação de uma privação, ou seja, um estado inicial disjunto – necessidade de defender o Partido

perante a opinião pública; Partido em disjunção com o país – e um final conjunto – a credibilidade do Partido, que entra em conjunção com a opinião pública, representada, obviamente, pelos Parlamentares.

Os textos, porém, são narrativas complexas, e não mínimas. Por isso os enunciados de estado são organizados hierarquicamente (FIORIN, 2005, p. 29) em quatro fases: manipulação, competência *performance* e sanção.

A fase da manipulação é a que mais caracteriza um discurso político, visto que um sujeito age sobre outro para persuadi-lo a querer e/ou dever fazer algo – lembrando que sujeito não é uma pessoa, e, sim, um papel narrativo. (FIORIN, 2005, p. 29).

A manipulação segundo o saber-fazer é um aspecto importante encontrado no texto. O enunciador manifesta argumentações lógicas, intelectivas com as quais pretende levar o enunciatário a interpretar o texto como proposição da razão. Sendo assim, observa-se que o “crer verdadeiro” do enunciador existe apenas e tão-somente com o “crer verdadeiro” do enunciatário. E o “crer verdadeiro” do enunciador somado ao “crer verdadeiro” do enunciatário resultará no “contrato de veridicção” ou “contrato fiduciário”, isto é, no acordo tácito entre parceiros mais ou menos conscientes. (LOPES; HERNANDES (orgs.), 2005, p. 128).

No percurso da manipulação, o destinador procura persuadir o destinatário a fazer algo do seu interesse. Ele propõe um “contrato” ao destinatário e tenta convencê-lo, utilizando-se de inúmeras estratégias para conseguir o seu objetivo. O destinatário, por sua vez, interpretando a persuasão do destinador, aceita-a ou não. (FIORIN (org.), 2004, p. 191).

Há várias formas de manipulação. Quando o manipulador propõe ao manipulado uma recompensa para levá-lo a fazer o que deseja, ocorre uma

tentação; quando o manipulador ameaça o manipulado, ocorre uma intimidação; quando o manipulador emite um juízo positivo em relação à competência do manipulado, ocorre uma sedução; e se o manipulador tenta forçar a ação, obrigando o manipulado, exprimindo um juízo negativo a seu respeito, ocorre uma provocação. (FIORIN, 2005, p. 30). Há ainda as formas de pedido, ordem etc.

No discurso do Deputado Enéas, a manipulação por meio da sedução é a mais evidente, embora haja outras formas também. Durante todo o discurso, o Deputado faz elogios aos membros da Comissão.

Vejamos alguns exemplos de manipulação:

“Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que altere o meu prazo, porque antes dispunha de dez minutos e, agora, o relógio está marcando quatro minutos e vinte e quatro segundos”.

Esse é um exemplo de manipulação por pedido. O Deputado Enéas demonstra claramente que está a par do tempo que lhe foi tomado com conversas paralelas quando declara minuciosamente que, do tempo que o Presidente lhe concedeu a palavra até o momento de iniciar o seu discurso, passaram-se “quatro minutos e vinte e quatro segundos”. Portanto, ele pede ao Presidente que desconte esse tempo para que ele possa falar pelos dez minutos que havia solicitado.

Já nas orações que se seguem, observa-se manipulação por sedução:

Conversei com S. Ex^a e quero deixar bem claro a esta Comissão que tenho uma imensa simpatia pelo Deputado Roberto Jefferson. Apesar de uma ou de outra discordância ideológica, não me recordo de, em nenhuma ocasião, ter apresentado, apontado ou lançado alguma diatribe contra V. Ex^a.

As escolhas lexicais “quero deixar bem claro” e “imensa simpatia” não deixam dúvida em relação à intenção do Deputado Enéas em elogiar o desempenho do Colega Parlamentar Roberto Jefferson. E ele ratifica sua posição quando diz que não se lembra de haver “apresentado, apontado ou lançado alguma diatribe” contra ele. Quando ele argumenta com esses três verbos, ele faz questão de corroborar o pensamento de que jamais lançou uma crítica severa ou violenta contra o Deputado Jefferson, embora pudesse discordar dele em algum momento no âmbito ideológico.

No discurso do Deputado Enéas, o fazer-criar prevalece em relação ao fazer-fazer e, para respaldar o fazer-fazer, o enunciador (Deputado Enéas) apresenta um saber-fazer.

Outro exemplo de manipulação por sedução ainda em relação ao Deputado Roberto Jefferson:

Eu estava dizendo que poderiam parecer despiciendas as considerações sobre o Partido, uma vez que S. Ex^a o Deputado Roberto Jefferson, de maneira extremamente elegante, já, de público, desdisse sua assertiva anterior [...].

Da mesma forma, ele afirma que o Deputado Jefferson retificou suas palavras a seu favor (do Deputado Enéas) não de maneira comum, mas de forma requintada, com estilo, com garbo.

Em outro momento, referindo-se ao Deputado Babá, diz o Deputado Enéas – em outro momento de manipulação por sedução:

Gostaria de elogiar, apesar do tom altamente emotivo, o nosso Colega Deputado Babá, porque, muito do que o referido Parlamentar diz, em um pronunciamento eivado de emoção, reflete tristemente a realidade brasileira [...] Segundo declarações do Secretário do Tesouro Nacional, citadas pelo ilustre jornalista Hélio Fernandes, da Tribuna da Imprensa, frente a essa informação testificada no Diário Oficial, à disposição de quem o quiser, são R\$176 bilhões – um pouco mais, falando a favor de S. Ex^a.

Apesar de corrigir o Deputado Babá, que diz que são R\$165 milhões (vide o discurso que segue em anexo), ele o elogia, afirmando que o Deputado Babá estava correto em fazer alusão àquela matéria, referente às multinacionais no País. “Gostaria de elogiar” é uma expressão com a qual ele confere a si mesmo (Deputado Enéas) o aval, o crédito, a competência para avaliar outrem.

Outro exemplo de manipulação por sedução conferida ao Deputado do PTB:

“No que concerne à sua participação nesse processo, ela é extraordinária”. Ou ainda: “É óbvio, é axiomático, é inconcusso que o que V. Ex^a diz é verdade”.

O Deputado Enéas deixa sempre muito clara sua admiração pelo Deputado Roberto Jefferson e seu aval pelo desempenho, nesse processo da CPMI, do Colega.

É interessante a significação dos termos “óbvio”, axiomático” e “inconcusso”, segundo um semema de cada um verificado no Dicionário Houaiss:

- a) óbvio: “fácil de descobrir, de ver, de entender, que salta à vista”;
- b) axiomático: “evidente, incontestável, inquestionável”;
- c) inconcusso: “que está solidamente estabelecido, fixado”.

É como se ele houvesse escolhido as palavras para, em um nível gradual de afirmação, mostrar a certeza que tem na veracidade das palavras do Deputado Roberto Jefferson frente à CPMI.

Outro exemplo referentemente ao Deputado Roberto Jefferson de manipulação por sedução:

Então, V. Ex^a ganhou o respeito da população brasileira. Não quero pôr em discussão o passado [referindo-se à época do Presidente Collor, quando o Deputado Jefferson defendeu-o das acusações em relação à Operação

Uruguai], porque senão vamos voltar a D. Pedro II, vamos voltar a D. Pedro I, vamos voltar ao Descobrimento do Brasil. É completamente inepta essa discussão.

Nesse parágrafo é interessante o comentário do Deputado Enéas. Ele afirma que o Deputado Roberto Jefferson “ganhou” o respeito da população, ou seja, o Deputado não o tinha. Por quê? Segundo o próprio Deputado Enéas, porque o Deputado Roberto Jefferson participou da era Collor, quando defendeu o ex-Presidente das acusações de corrupção de lavagem de dinheiro oriundas da Operação Uruguai. Ao mesmo tempo ele diz que falar sobre isso é o mesmo que “voltar” ao Descobrimento do Brasil, aludindo ao fato de que já se passaram alguns anos (desde 1990, quando o ex-Presidente iniciou o seu mandato) e, portanto, a população brasileira agora o redime pela sua atuação na CPMI.

Na última oração, “é completamente inepta essa discussão”, é relevante observar a significação de “inepta”, segundo um semema do Dicionário Houaiss: “falta de inteligência; estupidez, imbecilidade”.

Ou seja, para o Deputado Enéas é falta de inteligência inclusive recordar a sua atuação (do Deputado Jefferson) no Governo Collor. Ao contrário, ele deve ser redimido pelo desempenho na CPMI como autor das denúncias de corrupção que levaram a todas as investigações que ora ocorrem.

Uma outra forma de manipulação por sedução encontra-se nas palavras que o Deputado Enéas dirige ao Presidente da Comissão, Senador Amir Lando – sabendo que todos os Presidentes exigem que o horário seja cumprido pelo Plenário, embora nem sempre isso ocorra:

“[...] estou acabando, Sr. Presidente, britanicamente na hora. Morei na Inglaterra, pode ficar tranqüilo V. Ex^a, acabarei na hora exata”.

Nesse caso, além de demonstrar a sua vivência fora do país, o seu nível cultural, por conseguir pronunciar-se respeitando o prazo de tempo que lhe foi concedido, em detrimento da maioria dos Parlamentares, que não consegue ser pontual, ele demonstra ao Presidente a sua vontade e capacidade de cumprir a sua (do Presidente) determinação. Falar em poucos minutos e conseguir sintetizar um tema, dentro do prazo estabelecido, não é comum na Casa Legislativa. Normalmente os Presidentes pedem que os oradores se apressem.

Por isso, suas palavras também confirmam a imagem que constrói de si mesmo de um homem erudito e educado. Ao mesmo tempo, ele nega o comportamento daqueles que agem de forma diferente.

Outro exemplo de manipulação encontrado no discurso é por intimidação, quando o Deputado Enéas refere-se ao Presidente Lula:

Se Sua Excelência usou desses meios, é porque não havia outros. Se tivesse a verdade a seu favor, não precisaria comprar consciências. A verdade é clara como água de rocha, como o liquor de quem não tem meningite séptica.

Nesse parágrafo o Deputado Enéas afirma que o Presidente Lula mente e que, por isso, precisa “comprar consciências”, referindo-se ao suposto mensalão, concedido pelo PT aos outros partidos políticos, para que votassem as matérias favoravelmente ao Governo.

Há também um exemplo de manipulação por provocação, quando o Deputado Enéas diz:

“V. Ex^a ataca a imprensa como eu faço, mas eu não estou num poder que represente risco, a não ser que tenha tempo. E serei candidato à Presidência da República, sim. Aí, com três minutos, eu acabo a eleição”.

Com isso, ele afirma que é candidato a Presidente da República e que, com três minutos que tiver de disponibilidade para fazer sua campanha eleitoral, ele vence facilmente. Quando ele diz: “eu acabo a eleição”, significa que três minutos são tempo suficiente para ele convencer a população a votar nele.

Na verdade, um outro tipo de manipulação por sedução está subjacente nas entrelinhas de todo o discurso, desde o momento em que o Deputado Enéas pede a palavra, segundo ele tão-somente para defender o seu Partido. Como já foi dito, ele nem precisaria fazê-lo, porque o acusador, o Deputado Roberto Jefferson, já havia retirado a acusação, o que é demonstrado no texto em diversos momentos. Mas aquela era uma oportunidade para o Deputado Enéas falar ao País, falar de si, revelar a maneira pela qual fundou o Prona e de expor suas aspirações à Presidência da República.

Exemplo:

Eu estava dizendo que poderiam parecer despiciendas as considerações sobre o Partido, uma vez que S. Ex^a o Deputado Roberto Jefferson [...] desdisse sua assertiva anterior, com a qual defendeu a tese de que todos os Partidos, ao participarem de eleições, receberiam ajuda de empresas.

Ou seja, o Deputado Enéas afirma que não haveria necessidade de se pronunciar, já que o faria apenas para defender o Partido, como diz mais à frente:

“Este é o primeiro ponto: a defesa do Partido. Só por isso vim aqui”.

Com essas palavras, não há dúvida de que o seu pronunciamento seria apenas para defender o Partido. Porém, mais à frente, ele faz um discurso à Nação:

Senhores que assistem ao pronunciamento, o Prona foi criado com meus recursos e, depois, com os de meus amigos, e jamais tive qualquer recebimento em numerário – ou o equivalente – de empresa estatal ou privada. Deixo bem clara a posição, apenas ratificando aquilo que V. Ex^a disse tão bem.

Nesse momento, ele se dirige à Nação para isentar-se de qualquer envolvimento com corrupção ou com recebimento de dinheiro indevido para patrocinar o Partido. Ratifica, porém, as palavras do Deputado Roberto Jefferson nesse sentido. Ou seja, ele apenas repete, com magnificência, o que já foi dito.

Há um parágrafo que ele inicia dizendo:

“É uma ironia curiosa [...]”, e ele se refere ao Presidente Lula dizendo que ele não tinha “arrumação intracromossomial” específica para dirigir o País; diz também que a inteligência e o preparo intelectual são qualidades desenvolvidas desde a mais tenra idade e que, depois, são adquiridas com os estudos; diz ainda que a linguagem do Presidente é “tacanha” etc. e finaliza:

“Vamos esquecer aquilo que está em discussão, porque não foi por esse motivo que vim aqui”.

Ou seja, é como se ele usasse essa frase como refrão para, entre uma e outra, expor à Nação o que realmente pretendia: suas aspirações ao cargo de Presidente da República.

Há um outro momento em que ele aproveita a oportunidade para falar de suas pretensões políticas:

Em 1995, após a eleição presidencial, quando obtive o terceiro lugar no Brasil, sendo superado apenas por dois senhores – S. Ex^a o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e por Sua Excelência o atual Presidente, Luiz

Inácio Lula da Silva –, ela disse-me [referindo-se à sua mulher]: ‘Largue isso. No mínimo, se você chegar, será assassinado’, frase dela. Mas eu não quis retirar-me da lide, talvez por um temperamento aguerrido próprio meu.

Mais à frente ele diz ao Deputado Roberto Jefferson:

“V. Ex^a ataca a imprensa, como eu o faço, mas não estou num poder que represente risco, a não ser que tenha tempo, e serei candidato à Presidência da República, sim. Aí, com três minutos, eu acabo a eleição”.

Ambos os parágrafos são categóricos em afirmar que ele continuará concorrendo à Presidência da República.

Portanto, esses foram exemplos de manipulação encontrados no discurso do Deputado Enéas.

As narrativas podem relatar prioritariamente uma das fases, ou seja, embora existam as quatro – manipulação, competência, *performance* e sanção –, em uma determinada enunciação pode uma delas estar mais em evidência. (FIORIN, 2005, p. 32). No discurso em análise, a manipulação é a que mais se destaca, como pudemos observar em vários momentos do texto.

Quanto à competência, um dos mecanismos utilizados pelo Deputado Enéas para demonstrar o fazer-criar, em primeiro lugar, são os inúmeros elogios, já citados, que ele faz ao Deputado Roberto Jefferson, ao Deputado Babá e ao Presidente da Comissão, Senador Amir Lando.

Ele também demonstra conhecimento sobre os problemas do País, quando retifica, por exemplo, o montante apontado pelo Deputado Babá do valor da dívida externa:

“[...] não são US\$165 bilhões, meu caro Colega [...], são US\$176 bilhões”.

Ou quando corrige um erro gramatical:

“Do seu discurso – não como ‘vosso’, como tanta gente diz no plenário, não é ‘vosso’, é ‘seu’, terceira pessoa [...]”

Nesse ponto, ele demonstra a competência de saber falar, de saber se dirigir a outro Parlamentar, porque, embora os Parlamentares se relacionem uns com os outros utilizando o pronome de tratamento “V. Ex^a”, o pronome possessivo correspondente a V. Ex^a é “seu”, e não “vosso”.

Finalmente, ele utiliza um vocabulário intelectual para comprovar a sua instrução e proficiência retórica.

Exemplo:

“Do seu discurso [...] exsurge sinceridade, sinceridade inconcussa, inconteste e irrefragável”.

Nesse trecho, observa-se a escolha lexical como forma de demonstrar competência para “saber falar”. Os termos “exsurgir”, “inconcussa”, “inconteste” e “irrefragável” dão conta do seu vocabulário de alto nível, da consciência que tem do cargo que ocupa.

No início do seu pronunciamento, o Deputado Enéas reporta-se da seguinte forma a um Colega, que diz que há muito tempo não ouve o termo “despiciendas”:

“Mas, diante da verve literária de V. Ex^a e de tantos que me antecederam, tenho o direito de usar de um vernáculo escoreito também”.

Eis o último parágrafo do seu discurso:

Espero que a CPI, liderada por S. Ex^a o nosso Presidente, Senador Amir Lando, pela nossa ilustre e conspícua figura do Relator, Deputado Abi-Ackel [...], chegue a um resultado profícuo, útil. Não que se resolvam todos os problemas – isso é impossível. Mas que pelo menos possamos respirar ar puro e que desapareça um pouco o componente mefítico que atinge todos os rincões da Pátria.

E ele critica a linguagem do Presidente Lula, quando diz:

Não há desculpa, como já disse um Senador da República, para que Sua Excelência continue sem entender coisa alguma do que diz, falando a linguagem a mais tacanha possível e usando inclusive de expressões que representam quase uma maneira tosca, de um homem do campo, que não condiz com a posição de quem está no ponto mais alto desta Nação.

Nesse ponto, ele afirma a importância do saber falar, principalmente para alguém que ocupa o cargo de Presidente da República. De acordo com ele, “quem está no ponto mais alto da Nação” não pode falar de maneira simples, prosaica, mas deve ter um vocabulário à altura do cargo que ocupa.

Além dessas, há outras passagens no seu discurso em que o léxico determina a sua competência de “saber falar”. (LOPES; HERNANDES (orgs.), 2005, p. 128). Porém, como o seu discurso é caracterizado pela linguagem elaborada, atendo-me a esses exemplos.

Em relação à *performance*, é preciso destacar que pode ocorrer de alguma fase da seqüência canônica – manipulação, competência, *performance* e sanção – ficar subentendida nas entrelinhas do texto, ao contrário de outras, que podem aparecer de forma clara. (FIORIN, 2005, p. 32).

No caso da *performance* do discurso em estudo, há que se levar em conta que é extremamente natural a ocorrência de um aparte ou de algum tipo de intervenção, em se tratando de um discurso político nas condições em que se estabelece o discurso do Deputado Enéas. Porém, repito que não houve apartes, não houve nenhuma contradição ou ressalva durante o seu pronunciamento. Isso mostra que o “sujeito discurso do Deputado Enéas” entrou em “conjunção” com o “sujeito pensamento dos Parlamentares que o ouviam”, principalmente no que concerne ao Deputado Roberto Jefferson, a quem ele se dirigia especificamente. Houve concordância de todos quanto ao Prona, quanto aos recursos que ele obteve para fundar o Partido e quanto às palavras de provocação e intimidação que proferiu ao Presidente Lula.

A *performance* é a fase em que ocorre a transformação central da narrativa. (FIORIN, 2005, p. 31). E ela está demonstrada por meio do discurso ininterrupto do Deputado Enéas.

Ele disse no início do seu pronunciamento:

“Posso recomeçar, Sr. Presidente? Dez minutos. Está marcando quatro. Garanto que não os cansarei. Serei breve”.

Dito isso e não sendo interrompido, ele mostra que atingiu o seu objetivo de falar no prazo determinado, o que está configurado também no fim do seu discurso, nas últimas palavras que profere:

“Sei que tenho 50 segundos, mas deixo-os a critério de S. Ex^a o Deputado Roberto Jefferson. Muito obrigado, Sr. Presidente”.

É importante lembrar que é muito difícil um Parlamentar conseguir falar sem ultrapassar o prazo estabelecido pelo Presidente. No caso do Deputado Enéas, ele consegue falar em tempo hábil tudo o que queria e ainda lhe restaram 50 segundos.

Por esses motivos, a *performance* é realizada, embora de forma oculta.

Em relação ao aspecto temporal do texto, relembremos o que dizem Fiorin e Savioli (2000, p. 150):

A articulação temporal de um texto cria uma série de efeitos de sentido. Se o narrador, por exemplo, conta os fatos no passado, pode produzir um efeito de objetividade; os fatos já ocorreram, e o narrador pode examiná-los à distância. Se os fatos são narrados no presente, pode haver um efeito de sentido de subjetividade, porque o narrador está envolvido com o que acontece.

Os tempos mais utilizados no discurso do Deputado Enéas são o presente, o pretérito perfeito e o pretérito imperfeito do modo indicativo, embora haja também o futuro do presente do modo indicativo e ainda algumas passagens no futuro do modo subjuntivo.

Existem dois modos básicos em relação aos quais é possível ordenar o tempo: em relação ao momento da fala e em relação a um momento estabelecido no texto. E os fatos podem ser concomitantes, anteriores ou posteriores a ambos. (FIORIN; SAVIOLI, 2000, p. 146).

Na maioria do texto do discurso parlamentar em estudo, os tempos que se destacam têm como referência o momento da fala.

Reproduzirei os três primeiros parágrafos da enunciação, quando o Presidente concede a palavra ao Deputado Enéas, este solicita um prazo dentro do qual gostaria de falar, e o Presidente retruca.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando – PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado Enéas.

O SR. ENÉAS (Prona – SP) – Peço a palavra pelo prazo de dez minutos na qualidade de Líder do Prona.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando – PMDB – RO) – Mas V. Ex^a sempre gastou tão pouco: 30 segundos! V. Ex^a dispõe do tempo que a sua rapidez determina.

Na primeira oração, quando o Presidente diz concedo a palavra, o verbo conceder está no presente do indicativo, e o ato de conceder é concomitante ao momento da fala do Presidente. Esse verbo provoca um efeito de sentido que denota “permissão”, “autorização” para se fazer algo. Segundo um semema do Dicionário Houaiss, “conceder” significa: “dar permissão para que algo se processe ou ocorra; permitir, facultar”. Portanto, quando o Presidente diz concedo, ele produz uma reação no outro, “que se sente liberado” para fazer.

Em relação à resposta do Deputado Enéas, quando ele diz peço a palavra, o verbo pedir denota uma posição hierarquicamente inferior à do Presidente. Ainda segundo um semema do Dicionário Houaiss, “pedir” significa “solicitar que conceda; rogar; fazer pedidos”. Diferentemente de concedo, que é uma afirmação postulada por quem detém o poder, peço é apenas uma solicitação, que pode inclusive ser aceita ou não. O verbo também se encontra no presente do indicativo, e o ato de pedir ocorre no momento da fala do Deputado Enéas.

No terceiro parágrafo, entretanto, o Presidente diz: “V. Ex^a sempre gastou tão pouco: 30 segundos!” O verbo gastar encontra-se no pretérito perfeito do indicativo e está ordenado de acordo com um momento instaurado no texto, embora de forma oculta. Trinta segundos era o tempo que o Deputado Enéas dispunha para fazer sua propaganda eleitoral no horário político.

Em um dos sememas do Dicionário Houaiss, observa-se que “gastar” significa: “gastar perdulariamente; esbanjar, dilapidar, malbaratar, dissipar”. Portanto,

mais uma vez há um efeito de sentido, porque “gastar” e “trinta segundos” não são termos semanticamente compatíveis em se tratando do tempo concedido a um político para fazer sua propaganda eleitoral pela televisão. O Presidente, então, ironiza a situação, faz uma brincadeira com o Deputado e diz que o Deputado Enéas vai conseguir falar em pouco tempo, como sempre o fez durante a sua campanha eleitoral.

Mais à frente, diz um orador não identificado:

“Há muito tempo não ouço o termo ‘despiciendas’.

Nesse caso, o verbo haver está no pretérito perfeito, e ele é anterior ao momento da fala deste Deputado (do orador não identificado). O Deputado Enéas havia mencionado a palavra “despiciendas” (vide no discurso em anexo), a qual o orador não identificado fez alusão, dizendo que há muito tempo não a ouvia.

Esse termo, proferido pelo Deputado Enéas, corrobora a imagem que ele constrói de si mesmo de alguém que tem competência para falar, a ponto de surpreender um dos seus pares. E este, ao ouvir o Deputado Enéas, confere-lhe a característica de homem erudito, arcaico.

Adiante, quando o Deputado Enéas refere-se ao início do Prona, ele diz:

Quando o fiz, há 15 anos, eu tinha os meus recursos – possuía um consultório cheio na Avenida Visconde de Pirajá, lecionava em duas faculdades e em dois cursos de pós-graduação. Eu não fazia nenhuma militância nem tinha atividade política. Jamais havia pertencido a qualquer estrutura política. Causava-me, sim, indignação absoluta o rumo que a política nacional tomava a cada eleição.

Existe aí um marco temporal (FIORIN; SAVIOLI, 2000, p. 146): a construção do Prona há 15 anos. Os verbos sublinhados estão no pretérito imperfeito e indicam fatos que ocorreram concomitantemente a esse marco temporal. Ou seja, o Deputado construiu o Prona ao mesmo tempo em que tinha

recursos próprios para fazê-lo; possuía um consultório, lecionava, não havia pertencido a outros partidos políticos e, concomitantemente, o rumo que a política tomava causava-lhe indignação.

À frente, no mesmo parágrafo, continua o Deputado:

“A minha esposa era Procuradora-Geral da Justiça Militar e, hoje, é Vice-Procuradora”.

O verbo ser, no presente do indicativo, está relacionado também ao marco temporal instituído no texto (15 anos atrás). Há 15 anos, ela era (pretérito imperfeito) Procuradora-Geral e, hoje (em oposição àquela época), ela é Vice-Procuradora.

Os verbos constantes dos dois parágrafos acima, tanto os que se encontram no pretérito imperfeito quanto o verbo “ser”, denotam um efeito de sentido na construção da identidade. O Deputado mostra, com os verbos no pretérito imperfeito (possuía, lecionava, tinha etc), que a identidade que ele constrói de si mesmo é a de um homem com bom nível social, assim como a sua mulher, quando ele revela que ela era Procuradora-Geral da Justiça Militar e que, hoje, é Vice-Procuradora.

Um exemplo de futuro encontrado no texto:

“[...] mas eu não estou num poder que represente risco, a não ser que tenha tempo. E serei candidato à Presidência da República, sim. Aí, com três minutos, eu acabo a eleição”.

O verbo ser, nesse caso, encontra-se no futuro do presente e indica um tempo posterior ao momento da fala do Deputado Enéas. E quando o Deputado diz

que acaba a eleição, ele quer dizer que ganha a eleição, que consegue sair vitorioso da mesma em apenas três minutos. Por isso, a expressão acabo a eleição tem valor de futuro, embora o verbo acabar esteja no presente do indicativo.

A expressão acabo a eleição tem um grande efeito de sentido, porque subentende-se que, com três minutos, é indubitável que ele ganhe a eleição. Não há outra alternativa. A única coisa que pode acontecer se ele dispuser de três minutos para falar é convencer o eleitor de que ele é o candidato ideal.

No fim do seu pronunciamento, diz o Deputado Enéas:

“Espero que a CPI [...] chegue a um resultado profícuo, útil [...] que pelo menos possamos respirar ar puro e que desapareça um pouco o componente mefítico que atinge todos os rincões da Pátria”.

Os verbos chegar, poder e desaparecer encontram-se no presente do subjuntivo e indicam esperança no futuro, expectativa de uma possível realização, confiança de que o término da CPI traga bons resultados para o país. Esse tempo é ordenado como possibilidade de futuro em relação ao momento da fala do Deputado Enéas.

Se tomarmos todos esses verbos, veremos que houve uma gradação de tempo. Primeiramente os verbos “conceder” e “pedir” no presente do indicativo (concedo, peço); depois, no pretérito perfeito, os verbos “gastar” e “haver” (gastou, há); a seguir, no pretérito imperfeito, os verbos “ter”, “possuir”, “lecionar”, “fazer”, “haver”, “causar” e “tomar” (tinha, possuía, lecionava, fazia, havia, causava-me e tomava); no futuro do presente, os verbos “ser” e “acabar” (serei, acabo a eleição) e,

por fim, no subjuntivo presente, os verbos: “chegar”, “poder” e “desaparecer” (chegue, possamos, desapareça).

O Deputado se expressa por meio de verbos que provocam um efeito de sentido gradativo: ele pede humildemente a palavra ao Presidente (peço), diz que possuía um consultório, afirma também que será candidato a Presidente (serei), que acaba a eleição em três minutos, se tiver esse tempo (acabo), e, finalmente, ele espera que a CPI chegue a um resultado profícuo, o que significa mostrar que o atual Governo não está apto a gerir o país. É como se ele relatasse cada passo da sua ascensão como político para mostrar que, hoje, ele tem condições de ser Presidente.

A última fase é a sanção, em que o enunciatário (Deputado Roberto Jefferson) fará o seu julgamento contrário ou favorável ao enunciador (Deputado Enéas), conforme o seu entendimento de que o fazer-criar do enunciador foi ou não satisfatório. Nessa fase, ocorre a constatação de que a *performance* se realizou (FIORIN, 2005, p. 31) ou, em outras palavras, verifica-se se houve sucesso por parte do sujeito que operou a transformação.

“A narrativa pode pôr em ação um jogo de máscaras: segredos que devem ser desvelados, mentiras que precisam ser reveladas etc. É na fase da sanção que ocorrem as descobertas e as revelações”. (FIORIN; SAVIOLI, 2000, p. 146).

No discurso em questão, o Deputado Roberto Jefferson, enunciatário, faz um julgamento positivo em relação ao enunciador, Deputado Enéas. O Deputado Roberto Jefferson ouviu todo o discurso do Deputado Enéas, e o silêncio do referido

Deputado é sinal de concordância absoluta em relação às palavras do Deputado Enéas. Ou seja, as palavras do Deputado Enéas, o seu posicionamento sobre tudo o que disse, as correções que fez aos colegas, enfim, todo o seu pensamento ideológico estava em conjunção com o do Deputado Roberto Jefferson, que responde ao Deputado Enéas, quando este termina o seu discurso:

Sr. Presidente, os melhores discursos foram feitos tarde da noite. Foi uma pena. O grande momento da Comissão está agora, no final, não é? Agradeço a V. Ex^a, Deputado Enéas, cumprimento-o. É uma brilhante inteligência. Obrigado e peço perdão a V. Ex^a. Quando generalizei, incluí o Prona, e eu sei que o Prona está fora disso. Peço perdão a V. Ex^a.

Nesse ponto, fica claro o reconhecimento do sujeito Roberto Jefferson em relação ao sujeito Enéas. Os elogios do Deputado Roberto Jefferson ao Deputado Enéas, assim como o seu pedido de perdão, demonstram o “prêmio” que recebeu o Deputado Enéas pela sua *performance*. Tudo o que falou sobre o Prona não foi contraditado, principalmente pelo Deputado Jefferson, que corroborou as palavras do Deputado Enéas, quando disse:

“Eu sei que o Prona está fora disso”, “peço perdão a V. Ex^a”, “é uma brilhante inteligência” etc.

5.3 Nível profundo

Nesse nível, “as formas abstratas do nível narrativo são revestidas de termos que lhe dão concretude”. (FIORIN; SAVIOLI, 2000, p. 41). Dessa forma, observa-se o desejo do Deputado Enéas em ser Presidente da República quando ele desqualifica o Presidente Lula e revela suas próprias condições para assumir o

cargo; ou quando obtém o apoio do Deputado Roberto Jefferson, que o considera “uma brilhante inteligência”.

O discurso que ele faz à Nação – embora não precisasse usar da palavra, como já disse, porque, segundo ele, o único interesse que tinha era defender o Partido – é a de um candidato que pleiteia um cargo:

“Senhores que assistem ao pronunciamento [...]”, ou, então, quando diz: “Com três minutos, eu acabo a eleição”.

E todo o seu discurso é entrecortado por elogios a todos e por justificativas de que pediu a palavra apenas para falar que o seu Partido não estava envolvido em corrupção. Dessa forma, há indícios de que ele tentou transmitir a sua mensagem sem deixar claro que era este o seu objetivo.

O discurso do Deputado Enéas é temático e figurativo (FIORIN; SAVIOLI, 2000, p. 78), embora haja predominância de elementos abstratos, de elementos que ordenam a realidade percebida no contexto do discurso em função da imagem de erudição que ele sugere.

Em se tratando de um texto político, a linguagem utilizada é de extrema importância para se salientar as estruturas mais abstratas do mesmo. Segundo Fiorin e Savioli (FIORIN; SAVIOLI, 2000, p. 93), o autor de uma enunciação pode escolher determinadas figuras dentro do compêndio lexical para causar certos efeitos de sentido. A rede figurativa existente no discurso do Deputado Enéas concentra-se basicamente no léxico preciosista, com o qual o Deputado cria a imagem do cidadão apto a exercer a função de parlamentar e de futuro Presidente do Brasil.

As figuras em questão encadeiam uma coerência lingüística que insinuam capacidade e inteligência ao autor para delegar a si poder intelectual e para ironizar aqueles que não têm o mesmo nível de escolaridade que o seu.

“O que, na verdade, garante a apreensão dos temas por trás das figuras é exatamente a coerência da rede de figuras do texto, fruto da relação solidária que elas mantêm entre si”. (FIORIN; SAVIOLI, 2000, p. 80).

No plano de expressão, a temática é figuratizada por uma rede lexical que engloba figuras como “vernáculo escurto”, “despiciendas”, “diatribe”, “exsurge”, “axiomático”, “inconcussa”, “irrefragável”, “conspícua”, “mefítica” e outras. E essas figuras remetem ao tema: alto grau de instrução; bom nível de escolaridade, de educação acadêmica para se exercer uma função pública importante.

Em oposição a esse, verifica-se na enunciação produzida pelo Deputado Enéas um outro tema: insipiência lingüística, despreparo no âmbito vernacular. Para revestir esse tema, o Deputado usa determinadas figuras para se dirigir ao Presidente Lula e aos seus companheiros durante o debate, tais como: “não tem o mínimo de arrumação intracromossomial”; “Sua Excelência continue sem entender nada”; “linguagem a mais tacanha possível”; “maneira tosca”; “homem do campo”; “não é ‘vosso’, é ‘seu’, terceira pessoa”; “morei na Inglaterra”; “sou professor de medicina” etc.

Com essas figuras, o Deputado ridiculariza a linguagem do Presidente Lula, corrige os seus companheiros da CPMI e diz nas entrelinhas que todos os parlamentares devem ficar atentos à linguagem quando assomam à tribuna.

CONCLUSÃO

O Deputado Enéas, por meio do plano de expressão, cria a imagem de quem conhece a força conotativa das palavras e as emprega de forma a convencer os seus interlocutores. Valendo-se de um léxico pouco comum, ele imprime às suas palavras um tom daquilo que ele entende como um ser possuidor de sabedoria e tenta, com isso, ganhar a confiança dos seus pares.

Por meio do léxico preciosista, ele corrobora a imagem que constrói de si mesmo, no sentido de que um cidadão, para exercer a função de Presidente da República, deve conhecer profundamente o vernáculo. Ao mesmo tempo, ele nega capacitação intelectual àqueles que não dispõem do mesmo conhecimento.

Portanto, a justificativa que ele dá à Casa para se pronunciar é conotativa. Na verdade, ele quis aproveitar aquele momento para falar à Nação e para elogiar aqueles que, hoje – como é o caso do Deputado Roberto Jefferson –, são contrários ao Presidente Lula e ao seu Governo. E a sua escolha lexical elaborada reveste o tema a que se reporta de uma carga emocional mais intensa e mais atraente. O Deputado Enéas, então, constrói um novo plano de conteúdo quando faz apologia ao seu Partido e quando revela suas aspirações de ser Presidente do País.

Analisando a linguagem do Deputado, detecta-se a preferência de S. Ex^a por palavras de grande impacto verbal. Porém, as eleições presidenciais ou quaisquer outras não se ganham por meio de linguagem elaborada ou por meio de linguagem comum. Na verdade, o eleitor opta pelo candidato no qual sente confiança e admiração, seja pela sua plataforma de governo, seja pelo seu histórico de vida pública ou por qualquer outra razão. O candidato deve comunicar-se com o eleitor de forma honesta, e o eleitor, de sua parte, deve analisar se aquele candidato

é realmente merecedor do seu voto. Assim, não há uma linguagem ideal para um cidadão concorrer a um pleito, mas um comportamento ideal, o qual o eleitor procura no seu candidato.

Vimos, por meio do percurso gerativo do sentido, que foi possível estruturar a enunciação e organizá-la de modo a facilitar a compreensão da mensagem, que, muitas vezes, não salta aos olhos, mas é possível identificar, com a observância do desenrolar gradativo de cada fase do percurso gerativo do discurso como apresentado neste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FIORIN, José Luiz. *Elementos de Análise do Discurso*. 13.ed. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. *Introdução à Lingüística*. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. *Para Entender o Texto*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000.

LOPES, I. C & HERNANDES, N. (orgs). *Semiótica – objetos e práticas*. São Paulo: Contexto, 2005.

NÖTH, Winfried. *A Semiótica no Século XX*. 3. ed. São Paulo: Annablume Editora, 2005.

_____. *Panorama da Semiótica – de Platão a Pierce*. 4. ed. São Paulo: Annablume Editora, 2005

SANTAELLA Lucia e NÖTH Winfried. *Comunicação & Semiótica*. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

TATIT, Luiz. *Análise Semiótica Através das Letras*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

CARNEIRO, Enéas. *Portal da Câmara dos Deputados*. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/deputados>. Acesso em: 16 nov. 2005.

JEFFERSON, Roberto. Perfil Roberto Jefferson. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/robertojefferson/Perfil.htm>. Acesso em: 16 nov. 2005.

PRESIDENTE, biografia. *Folha on line*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/governolula/presidente-biografia.shtmj>. Acesso em 16 nov. 2005.

ANEXO

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Deputado Enéas.

O SR. ENÉAS (Prona – SP) – Peço a palavra pelo prazo de dez minutos na qualidade de Líder do Prona.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Mas V. Ex^a sempre gastou tão pouco: 30 segundos! V. Ex^a dispõe do tempo que a sua rapidez determina.

O SR. ENÉAS (Prona – SP) – Na verdade, Sr. Presidente, haveria a necessidade de uma hora à disposição, mas o avançado do tempo não permite que se conceda esse prazo. O mínimo de atenção e respeito pela paciência de todos que assistem aos pronunciamentos.

Primeiramente, quero dizer que poderiam parecer despiciendas quaisquer considerações sobre o Partido...

O SR. (Orador não identificado) – Há muito tempo não ouço esse termo!

O SR. ENÉAS (Prona – SP) – Como? Não entendi.

O SR. (Orador não identificado) – Há muito tempo não ouço o termo “despiciendas”.

O SR. ENÉAS (Prona – SP) – Mas, diante da verve literária de V. Ex^a e de tantos que me antecederam, tenho o direito de usar de um vernáculo escorreito também.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que altere o meu prazo, porque, antes, eu dispunha de dez minutos; agora, o relógio está marcando quatro minutos e vinte e quatro segundos.

Posso recomeçar, Sr. Presidente? Dez minutos. Está marcando quatro. Garanto que não os cansarei. Serei breve.

Eu estava dizendo que poderiam parecer despiciendas as considerações sobre o Partido, uma vez que S. Ex^a o Deputado Roberto Jefferson, de maneira extremamente elegante, já, de público, desdisse a sua assertiva anterior, com a qual defendeu a tese de que todos os Partidos, ao participarem de eleições, receberiam ajuda de empresas. Conversei com S. Ex^a e quero deixar bem claro a esta Comissão que tenho uma imensa simpatia pelo Deputado Roberto Jefferson. Apesar de uma ou de outra discordância ideológica, não me recordo de, em nenhuma ocasião, ter apresentado, apontado ou lançado alguma diatribe contra V. Ex^a, Deputado. E não me recordo, em nenhum momento, disso nem de tê-la recebido de V. Ex^a, apesar de, no Colégio de Líderes, de vez em quando, discordarmos do que seja saudável para o processo.

Este é o primeiro ponto: a defesa do Partido. Só por isso vim aqui. Não é da minha natureza processo de acusação. Muito ao contrário. Se eu estivesse estudado Direito – sou professor de medicina –, seria advogado de defesa, tal como V. Ex^a. Não gosto de acusação, não faz meu gênero. Mas tenho que defender o Partido que criei.

Quando o fiz, há quinze anos, eu tinha os meus recursos. Possuía um consultório cheio na Avenida Visconde de Pirajá, lecionava em duas faculdades e em dois cursos de pós-graduação. Eu não fazia nenhuma militância nem tinha atividade política. Jamais havia pertencido a qualquer estrutura política. Causava-

me, sim, indignação absoluta o rumo que a política nacional tomava a cada eleição. Então, fiz com meus amigos o Prona, com um sacrifício pessoal tão grande que perdi até o casamento. A minha esposa era Procuradora-

Geral da Justiça Militar e, hoje, é Vice-Procuradora – Dr^a Adriana Noronha de Ferreira Carneiro.

Em 1995, após a eleição presidencial, quando obtive o terceiro lugar no Brasil, sendo superado apenas por dois senhores – S. Ex^a o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e por Sua Excelência o atual Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, – ela disse-me: “Largue isso. No mínimo, se você chegar, será assassinado”, frase dela. Mas eu não quis retirar-me da lide, talvez por um temperamento aguerrido próprio meu.

Senhores que assistem ao pronunciamento, o Prona foi criado com meus recursos e, depois, com os dos meus amigos. Jamais tive qualquer recebimento em numerário – ou o equivalente – de empresa estatal ou privada. Deixo bem clara a posição – apenas ratificando aquilo que V. Ex^a disse tão bem.

No que concerne à sua participação nesse processo, ela é extraordinária.

Antes, eu gostaria de elogiar, apesar do tom altamente emotivo, o nosso Colega Deputado Babá, porque muito do que o referido Parlamentar diz, em um pronunciamento eivado de emoção, reflete tristemente a realidade brasileira.

Perdoem-me, Srs. Senadores e Srs. Deputados, mas o Brasil é uma grande colônia das multinacionais. S. Ex^a o Deputado Babá cometeu um pequeno erro: não são US\$165 bilhões, meu caro Colega. Segundo declarações do Secretário do Tesouro Nacional, citadas pelo ilustre jornalista Hélio Fernandes, da *Tribuna da Imprensa*, frente a essa informação testificada no *Diário Oficial*, à disposição de quem o quiser, são US\$176 bilhões – um pouco mais, falando a favor

de S. Ex^a. Esse valor, por ano, resulta em quase US\$15 bilhões por mês. É um absurdo! É a maior taxa de juros do planeta. O serviço da dívida – esse é apenas o serviço – está cada vez maior, e a dívida continua crescendo.

É uma ironia curiosa: quanto mais se paga mais se deve. Não é problema do Governo, de Sua Excelência o Presidente Lula, que não entende nada disso. Desculpem-me os Líderes do PT, mas já discuti com Sua Excelência, certa feita, ao vivo, e ele não tem o mínimo de arrumação intracromossomial específica para dirigir o País. Não tem! Já disse isso ao vivo a Sua Excelência. Não estou ofendendo a honra dele nem falando nada que possa denegrir a sua imagem do ponto de vista de caráter. Estou falando de inteligência e de preparo. Uma dessas qualidades é inata e desenvolvida, em média, até os dezesseis anos; e a outra é adquirida com esforço extremo, para quem nasceu em berço pobre como eu e que estudou a vida inteira, desde os nove anos, trabalhando.

Não há desculpa – como já disse um Senador da República – para que Sua Excelência continue sem entender coisa alguma do que diz, falando a linguagem a mais tacanha possível e usando, inclusive, de expressões que representam quase uma maneira tosca de um homem do campo, que não condiz com a posição de quem está no ponto mais alto desta Nação – essa é uma demonstração que já foi dita ao vivo.

Vamos esquecer aquilo que está em discussão, porque não foi por esse motivo que vim aqui. Mas, quanto à contribuição do Deputado Roberto Jefferson, V. Ex^a tem coragem mesmo, porque chega até a correr – não no momento atual, mas daqui a algum tempo – risco de vida. V. Ex^a ataca a imprensa como eu o faço, mas não estou num poder que represente risco, a não ser que tenha tempo e serei

candidato à Presidência da República, sim. Aí, com três minutos, acabo a eleição. Sem dúvida!

Veja bem, V. Ex^a tem coragem. Do seu discurso – não é do “vosso”, como tanta gente diz no plenário; não é “vosso”, é “seu”, terceira pessoa –, do discurso de V. Ex^a

exsurge sinceridade, sinceridade inconcussa, incontestada e irrefragável. Não há como negar essas qualidades que, a cada instante, emanam dos pronunciamentos de V. Ex^a.

Concordo mais uma vez com o Deputado. Não há nada mais o que discutir. É óbvio, é axiomático, é inconcusso que o que V. Ex^a diz é verdade. E quanto ao acervo de depoimentos, aos quais, queiramos ou não, temos que assistir, quando, uma vez por outra, passamos diante da tela – porque é quase impossível não ver ou ouvir; fala-se em todos os lugares, da camareira à engenharia, do porteiro de prédio ao reitor da universidade, então é impossível não ver –, V. Ex^a está de parabéns.

Quero repetir a razão pela qual aqui estive, no que concerne ao Governo de Sua Excelência – estou acabando, Sr. Presidente, britanicamente na hora; morei na Inglaterra, pode ficar tranqüilo V. Ex^a, acabarei na hora exata. Vim aqui apenas para defender o meu Partido, e V. Ex^a já o fez. Agradeço-lhe e quero dizer também que, desde que cheguei à Casa, os meus libelos foram violentos contra o Governo de Sua Excelência o Presidente da República. Nada contra a sua honra. Se Sua Excelência usou desses meios é porque não havia outros. Se tivesse a verdade a seu favor, não precisaria comprar consciências. A verdade é clara como água de rocha, como o liquor de quem não tem meningite séptica; a verdade não precisa de demonstração, a verdade convence por ela própria. Então, V. Ex^a ganhou o respeito

da população brasileira. Não quero pôr em discussão o passado, porque senão vamos voltar a D. Pedro II, vamos voltar a D. Pedro I, vamos voltar ao descobrimento do Brasil. É completamente inepta essa discussão.

O respeito que tenho por V. Ex^a, quero declará-lo de público, a admiração não só pela sua verve, pela sua retórica, pela linguagem tersa que V. Ex^a usa, como também – em literatura, não é só forma; é o fundo – pelo fundo, pelo compromisso com a verdade. O que está para trás não me interessa, senão nós não andaríamos, seríamos como caranguejo.

V. Ex^a está de parabéns!

Espero que a CPI, liderada por S. Ex^a o nosso Presidente, Senador Amir Lando, pela nossa ilustre e conspícua figura do Relator, Deputado Abi-Ackel – a quem já disse pessoalmente o quanto admiro –, e pelos Colegas todos que estão na Comissão, chegue a um resultado profícuo, útil. Não que se resolvam todos os problemas – isso é impossível! Mas que, pelo menos, possamos respirar ar puro e que desapareça um pouco o componente mefítico que atinge todos os rincões da Pátria.

Sei que tenho 50 segundos, mas deixo-os a critério de S. Ex^a o Deputado Roberto Jefferson.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando. PMDB – RO) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ) – Sr. Presidente, os melhores discursos foram feitos tarde da noite. Foi uma pena! O grande momento da Comissão está agora, no final.

Agradeço a V. Ex^a, Deputado Enéas, cumprimento-o. É uma brilhante inteligência. Obrigado e peço perdão a V. Ex^a. Quando generalizei, incluí o Prona, mas sei que o Prona está fora disso.

Peço perdão a V. Ex^a.